

**CGTP**  
*INTERSINDICAL NACIONAL*

PRESS BOOK

Revista\_Imprensa\_17\_Novembro\_2020

CISION

## Revista de Imprensa

1. 10 mil telemóveis para os centros de saúde, Correio da Manhã, 17/11/2020	1
2. Mais 230 camas em intensivivos no Norte, Correio da Manhã, 17/11/2020	2
3. António Costa assina acordo com dez misericórdias, Correio da Manhã, 17/11/2020	3
4. Restaurantes fazem contas às cegas, Correio da Manhã, 17/11/2020	4
5. Centeno pede apoios temporários, i, 17/11/2020	7
6. Bloco à espera que seja dado "o outro passo" pelo Governo, i, 17/11/2020	8
7. Proteção de Dados pede mais confidencialidade nos testes e rastreios, Jornal de Notícias, 17/11/2020	9
8. Ajuda a famílias carenciadas foi 1/3 do assumido com UE, Negócios, 17/11/2020	10
9. Banca já pôs de lado 1,9 milhões para enfrentar a crise, Negócios, 17/11/2020	11
10. Centeno avisa que dar apoios massivos é "proibitivo", Negócios, 17/11/2020	16
11. A Cor Do Dinheiro, Negócios, 17/11/2020	17
12. Bloco ainda espera que Governo dê um passo de aproximação no OE, Público, 17/11/2020	19
13. "Querer melhorar a competitividade do país ignorando o ensino superior é inexplicável" - Entrevista a António Sousa Pereira, Público, 17/11/2020	20
14. Fisco vai cobrar IRS sobre apoios da cultura, Público, 17/11/2020	21
15. Não podemos ignorar!, Público, 17/11/2020	22
16. Saíram 622 médicos do SNS num trimestre, Correio da Manhã, 17/11/2020	23
17. Polícias pedem atualizações diárias das quarentenas, Correio da Manhã, 17/11/2020	24
18. Polícias sem meios para nova carta, Correio da Manhã, 17/11/2020	25
19. Correio da justiça, Correio da Manhã, 17/11/2020	26
20. Professores recorrem à justiça, Correio da Manhã, 17/11/2020	27
21. Pessoal não docente faz greve em dezembro, i, 17/11/2020	28
22. Supermercado cria 60 postos de trabalho em Águeda, Jornal de Notícias, 17/11/2020	29
23. Um quinto das empresas admite despedir, Jornal de Notícias, 17/11/2020	30
24. Protocolo vai ajudar empresas afetadas por incêndio em julho, Jornal de Notícias, 17/11/2020	31
25. Centeno defende apoios públicos temporários ao emprego, Jornal de Notícias, 17/11/2020	32
26. Guardas pedem fecho geral das cadeias, Jornal de Notícias, 17/11/2020	33
27. PGR exige informação sobre casos mediáticos, Jornal de Notícias, 17/11/2020	34

28. Teletrabalho com regras, Jornal de Notícias, 17/11/2020	36
29. Ministra faz ultimato a empresa de vigilância, Jornal de Notícias, 17/11/2020	37
30. Criação de emprego no Estado abranda, Negócios, 17/11/2020	38
31. Empresas rejeitam despedir no curto prazo, Negócios, 17/11/2020	39
32. Greve de pessoal não docente, Negócios, 17/11/2020	40
33. Trabalhadores em layoff vão receber salário a 100%, Público, 17/11/2020	41



**10 MIL TELEMÓVEIS PARA OS CENTROS DE SAÚDE**

☑ O Ministério da Saúde enviou para os centros de saúde 10 mil dos 30 mil telemóveis prometidos em setembro para facilitar o atendimento. Os restantes serão entregues nas próximas semanas. ●



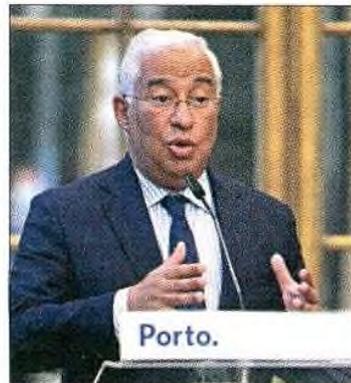
**MAIS 230 CAMAS EM INTENSIVOS NO NORTE**

■ A ministra da Saúde, Marta Temido, anunciou ontem a abertura de mais de 230 camas de cuidados intensivos para o Norte, que resultam da "reorganização" de serviços e adaptação de espaços. ●



## António Costa assina acordo com dez misericórdias

**3** O primeiro-ministro, António Costa, sublinhou ontem que o acordo com dez misericórdias visa “alargar a capacidade de resposta” na saúde. As misericórdias abrangidas são “Esposende, Fão, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Póvoa de Lanhoso, Riba d’Ave, Valpaços, Vila do Conde e Vila Verde”. ●



**Novo acordo** foi assinado com dez misericórdias do Norte do País



PCP E BLOCO | **APELO AO GOVERNO**

O PCP pede ao Governo que corrija os "exageros e desajustamentos" e "restrições horárias" dos restaurantes ao fim de semana. Já o BE defende um programa que permita reduzir as rendas em função das quebras de faturação e apoios públicos que tenham em conta as receitas de 2019.

APOIOS AO SETOR DA RESTAURAÇÃO



# Restaurantes fazem contas às cegas

**CORRIDA** ➔ Abre hoje o pré-registo para os empresários pedirem as ajudas prometidas por António Costa, sem que tenha sido publicada nenhuma legislação



Empresários da restauração e dos bares protestaram no centro de Vila Real

**MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO/TÁNIA REI**  
Começa hoje a corrida aos apoios extraordinários para a restauração em virtude do recolher obrigatório alargado, e também os apoios no âmbito do programa Apoiar.pt. O Governo quer que os donos dos restaurantes façam as contas aos prejuízos para se candidatarem às duas ajudas, sem que tenha saído nenhuma legislação sobre o assunto. A informação, que deve ser inscrita num pré-registo no Balcão 2020, ainda não tem suporte legal. Nem se sabe oficialmente a fórmula que servirá para compensar o setor.

No Apoiar.pt as contas serão realizadas tendo por base o volume de faturação média dos pri-

meiros nove meses de 2019. Se o valor for inferior em 25% ao registado até setembro, então o empresário tem direito à ajuda.

A fórmula de compensação terá de ser publicada no Diário da República. Só depois será possível aos contabilistas preencherem os

## FÓRMULA DO APOIAR.PT COMPARA OS NOVE MESES DE 2019 E 2020

elementos necessários para o cálculo das ajudas. Segundo apurou o CM, o volume de faturação registada este ano será multiplicado por 20% e, desse número, sairá o montante a receber - com os limites de 7500 euros para as microempresas e de 40 000 eu-

ros para as pequenas e médias empresas no âmbito do Apoiar.pt. Segundo fonte oficial do Ministério do Planeamento, o pré-registo é fundamental para que os empresários tenham acesso às candidaturas, que só

abrirão formalmente no dia 25.

Este registo requer apenas o NIF e o código de acesso à Autoridade Tributária, devendo o beneficiário preencher um formulário simplificado. No final do processo, receberá a chave de acesso à

candidatura, que estará online a partir de 25 de novembro. O formulário contera já os dados de identificação comercial, bem como a informação fiscal e da Segurança Social. Os donos de restaurantes podem candidatar-se a dois apoios estatais: do progra-

## Dois terços antecipam vendas mínimas

➔ Mais de dois terços das empresas (68%) antecipam quebras de vendas em novembro e dezembro, segundo um inquérito da CIP a mais de 500 empresas. As perdas estimadas rondam os 40%, mostram os dados. O estudo da confederação

da indústria revela também que 49% das empresas consideram que as medidas de combate à pandemia são insuficientes e 24% consideram-nas "demasiado restritivas". Para já, só 21% admitem despedir trabalhadores. • DR

## PROTESTOS REPETEM-SE FACE A APOIOS QUE SÃO VISTOS COMO ESCASSOS

ma Apoiar.pt e o extraordinário anunciado por António Costa para fazer face à quebra nos fins de semana do recolhimento. Bem como a ajudas de câmaras municipais. São cumulativos.

Os protestos do movimento 'A Pão e Água' prosseguem. Ontem,



MÁRIO CENTENO | **"DÍVIDA PROIBITIVA"**

O governador do Banco de Portugal avisou ontem que, "mais do que nunca, as novas políticas devem atuar na margem". Para Mário Centeno, também ex-ministro das Finanças de António Costa, "os níveis de dívida tornam proibitivas intervenções massivas nos apoios" às famílias e à economia.



CHEGA | **AÇÃO JUDICIAL O CHEGA VAI INTERPOR UMA AÇÃO JUDICIAL CONTRA O ESTADO PARA MANTER RESTAURANTES E OUTRO COMÉRCIO ABERTOS NO PRÓXIMO FIM DE SEMANA.**

MARCELO | **DOIS DIAS A OUVIR PARTIDOS**

O Presidente da República começa hoje a ouvir os partidos sobre o Orçamento do Estado e o estado de emergência. Hoje, Marcelo Rebelo de Sousa receberá Iniciativa Liberal, Chega, PEV e PAN. Amanhã, será a vez do CDS-PP, PCP, Bloco de Esquerda, PSD (o único que será por videoconferência) e o PS.



COMÉRCIO

No último fim de semana as ruas ficaram vazias e os restaurantes fecharam portas, só fazendo entregas e takeaway



Turistas desapareceram das ruas

**Verão não chegou para salvar turismo**

Apesar de o verão ter ajudado a recuperar perdas, o acréscimo de turistas não foi suficiente para atenuar as perdas. Até setembro, os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 8,6 milhões de hóspedes - com 21,7 milhões de dormidas -, números que representam reduções a rondar os 60% em termos homólogos. Os dados do INE mostram que, em setembro, 24% dos espaços de alojamento turístico em Portugal estiveram encerrados ou não tiveram hóspedes.

**AEROPORTOS PERDEM 70% DOS PASSAGEIROS**

Os aeroportos nacionais tiveram uma quebra no movimento de passageiros de 69,6% em setembro, face ao mês homólogo, segundo a ACI Europa.

**QUEBRAS ATINGEM 75% NO FIM DE SEMANA**

A Associação de Marcas de Retalho e Restauração contabiliza perdas de 76% para retalho e restauração no fim de semana, que diz ter sido "catastrófico".

**COSTA JÁ COMEÇA A VER LUZ AO FUNDO DO TÚNEL**

O primeiro-ministro diz que o "esforço" dos portugueses tem "uma luz ao fundo do túnel", que será "no próximo ano" com o surgimento de vacinas.

cerca de 200 empresários da restauração e bares juntaram-se na praça do Município, em Vila Real, para alertar para as dificuldades. "Estamos mesmo a pão e água, não temos como aguentar. Quem não despediu, vai começar a despedir", afirma Jorge Pessoa, dono de seis espaços de diversão noturna. Pedro Lisboa tem uma quinta de alojamento turístico e tenta manter todos os funcionários. "Trinta famílias dependem de nós e não temos trabalho. Precisamos de ajuda", apela. Alberto Cabral, porta-voz do movimento, explica que o objetivo é mobilizar o máximo de empresários para rumar a Lisboa para um novo protesto no dia 25 de novembro.



Nas ruas do centro de Lisboa são vários os negócios que tiveram de fechar as portas. Placas de venda multiplicam-se



**Maioria dos pequenos negócios na baixa lisboeta não resistiu**

A imagem do pequeno comércio do centro de Lisboa é de desespero e abandono. Basta caminhar pela zona da praça da Figueira, perto da hora de almoço, para constatar que são mais os estabelecimentos fechados do que os que resistiram à crise motivada pela pandemia. Desde pequenas mercearias a lojas de vestidos de noiva, todos estão em liquidação total ou para venda.

Os negócios que sobrevivem queixam-se das grandes quebras nas vendas e da falta de turistas. "Temos tido quebras aci-

ma dos 40%. Vamos vivendo com o que temos e já dispensamos alguns trabalhadores", diz ao CM Rui Joaquim, gerente do Mercado da Figueira. "Estamos

**COMERCIANTES LUTAM PARA MANTEREM OS SEUS NEGÓCIOS ABERTOS**

a trabalhar apenas com o cliente nacional, pois não existe turismo", sublinha.

Ao lado, no Rossio, os comerciantes também lutam para manterem portas abertas. É o caso da 'Chapelaria Azevedo',

fundada em 1886, e que no sábado sentiu de forma dura as restrições do Governo. "Com a obrigatoriedade de fechar às 13 horas, não tivemos um único cliente", lamentou. As quebras são "da ordem dos 70%". "Felizmente, tínhamos algum fundo de maneo e não recorremos aos créditos", conta Pedro Fonseca, sócio-gerente.

"Isto está mesmo muito mau" foi a frase que mais se ouviu nas lojas por onde o CM passou. Os comerciantes têm, por isso, pouca esperança de que o Natal traga dias melhores. ● AP.



**EUROMILHÕES**  
A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

**130 MILHÕES**  
Super Jackpot

JOGOS SANCASA  
#GanhamosJogos  
JGOSSANCASA.PT

TERÇA-FEIRA 17/11/2020 | DIÁRIO | €1,20 (C,IVA)

F16 - FORÇA AÉREA NA POLÓNIA P.24 E 25

**MISSÃO PORTUGUESA VIGIA RUSSOS**

www.cmjornal.pt

**CORREIO**  
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO  
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE  
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

CONFLITO ATRASA MILHÕES

**HUNGRIA TRAVA BAZUCA EUROPEIA**

P.29

APANHADO NA AMADORA

# HOMICÍDIA DE PAI E IRMÃ CAÇADO NO CONFINAMENTO



**ANDOU 70 KM PARA COMPRAR DROGA DEPOIS DO CRIME**

VIDAS P.41 A 45

**JOGADOR DAS ÁGUIAS ESPERA PRIMEIRO FILHO**

Weigl mantém relação há nove anos com Sarah

URNA COM FITA ADESIVA P.32

**CONFUSÃO COM VOTOS DO BENFICA**

FC PORTO P.36

**BRAHIMI CUSTOU MAIS DE 12 MILHÕES**

TRINTA VÍTIMAS P.21

**3 mulheres carteiristas atacam idosas em Lisboa**

CASHBALL P.48

**Denunciante acusado de corrupção**

**MÃE DE ASSASSINO CONTA AO CM P.4 E 5**



**"AVISEI O PAI DOS MEUS FILHOS: ATENÇÃO, ELE PODE MATAR-VOS"**

**DETIDO a violar recolher obrigatório sem máscara**

**ESPECIAL DE 10 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA**

## AUMENTO DE CASOS AGRAVA PRESSÃO NOS HOSPITAIS

NÚMERO DE MORTOS BATE NOVO RECORDE COM 91 VÍTIMAS. PNEUMOLOGISTAS DENUNCIAM MÁS CONDIÇÕES PARA DOENTES

MARTA PORTADORA DE COVID EXISTE NO NORTE DO PAÍS

PRÉ-REGISTO COMEÇA HOJE PROTESTO EM VILA REAL

**SUBSÍDIO DOS RESTAURANTES SEM REGRAS**

ANUNCIADA NOVA VACINA COM EFICÁCIA DE 94,5%



17-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Cor

Área: 5,07 x 8,75 cm²

Corte: 1 de 1



## Centeno pede apoios temporários

**PORTUGAL** Para Mário Centeno, a crise económica que estamos a viver, provocada pela pandemia de covid-19, “não é estrutural” e os apoios do Governo a famílias e empresas para ajudar a responder a esta crise só podem ser “temporários”, devendo ser removidos logo que esta crise pandémica tenha terminado, alertou o ex-ministro das Finanças.



17-11-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 7

Cores: Cor

Área: 4,72 x 6,65 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## Bloco à espera que seja dado “o outro passo” pelo Governo

LISBOA Catarina Martins acusou hoje o Partido Socialista de não se estar a aproximar do Bloco de Esquerda, após o partido ter feito um “esforço de convergência nas suas propostas” para o Orçamento do Estado. “Precisamos agora que seja dado o outro passo também de alguma aproximação”, apelou a bloquista, que reiterou ainda a disponibilidade para reunir com o PS.



# Proteção de Dados pede mais confidencialidade nos testes e rastreios

**RECOMENDAÇÃO** A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) recomendou mais confidencialidade no controlo de temperatura, testes de diagnóstico e no rastreio de contactos covid-19 por quem não é profissional de saúde, através da criação de documentos para esse fim específico.

Segundo a CNPD, o decreto do Governo que regulamentou o estado de emer-

gência não prevê “medidas adequadas” para a defesa dos direitos de quem é sujeito à medição da temperatura ou a um teste de diagnóstico “por quem não seja profissional de saúde”. A comissão pede que passe a existir um contrato ou declaração que vincule o trabalhador que realiza o controlo de temperatura à “discrição” necessária para preservar a “dignidade” do paciente. ●



CRISE ECONÓMICA

## Ajuda a famílias carenciadas foi 1/3 do assumido com UE

Em 2019, apenas 32% das verbas disponibilizadas para o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) foram executadas. Trata-se de cerca de um terço do compromisso assumido com Bruxelas quando o Estado português recebeu dinheiro do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), conclui a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao POAPMC. Apesar da baixa taxa de execução, o relatório reconhece que o programa contribuiu para “atenuar a pobreza em Portugal”, tendo ajudado 92.632 pessoas, em 2019, através da distribuição de alimentos.

Este ano, o número de pessoas apoiadas deverá ser muito superior. Segundo o jornal PÚBLICO, o POAPMC ajudou mais de 100 mil pessoas só no mês de setembro por causa da crise socioeconómica provocada pela pandemia. Prevendo que o número de pessoas em risco de pobreza “se agrave significativamente” em 2020, e com o intuito de melhorar o programa, o Tribunal de Contas deixa várias recomendações à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e à equipa de gestão do POAPMC.

Uma das medidas sugeridas pela instituição que fiscaliza os dinheiros públicos em Portugal é a “criação de um sistema de monitorização da pobreza, com definição de indicadores e metas que permitam acompanhar e avaliar” as políticas adotadas, alertando para a falta de mecanismos que permitam quantificar o “contributo” do POAPMC “para o quadro global de redução da pobreza”.

O Tribunal de Contas defende também a implementação de um “sistema de vales ou cartões eletrónicos como veículo do apoio alimentar/bens de primeira necessidade às pessoas mais carenciadas”. O modelo é uma exigência de Bruxe-



**Número de pessoas em risco de pobreza deverá agravar-se significativamente em consequência da pandemia.**

TRIBUNAL DE CONTAS



las e está inscrito no Regulamento Europeu. Em Portugal, o Governo fez questão de o incluir no Programa de Estabilização Económica e Social que deverá permitir “poupar custos e recursos, favorecer a autonomia, reforçar a economia local, obviar os constrangimentos derivados dos procedimentos de aquisição dos bens e das dificuldades de armazenamento e garantir maior segurança no período da pandemia”, destaca o relatório.

O documento avisa ainda que devem ser melhorados os “mecanismos de gestão anti-fraude”, sublinhando que foram verificados “desvios relativamente ao cabaz de alimentos definido, quer em termos de composição, quer de quantidades”. Por essa razão, a instituição apela igualmente à melhoria da “supervisão do trabalho desenvolvido pelo Instituto da Segurança Social (ISS)”, que tutela a coordenação das políticas de ação social em Portugal. ■

VICENTE LOURENÇO

# Banca vacina-se contra impacto da covid-19

Os maiores bancos nacionais duplicaram as suas provisões e imparidades, nomeadamente para crédito, nos primeiros nove meses do ano. Estão a proteger-se contra eventuais perdas provocadas pela pandemia, numa altura em que concederam perto de 460 mil moratórias.

RITA ATALAIÁ

ritaatalaia@negocios.pt

A banca nacional está a proteger-se do impacto da pandemia de covid-19. Ao longo dos primeiros nove meses do ano, em comparação com o período homólogo de 2019, as principais instituições financeiras duplicaram as provisões e imparidades, nomeadamente no crédito. É uma espécie de “vacina” contra eventuais perdas futuras, numa altura em que os bancos já concederam perto de 460 mil moratórias às empresas e às famílias.

De acordo com as contas do Negócios, com base nos resultados apresentados pelos principais bancos portugueses – Caixa Geral de Depósitos (CGD), BCP, BPI, Santander Portugal, Novo Banco e Banco Montepio –, as imparidades e provisões passaram de perto de 900 milhões, em setembro de 2019, para quase 1.900 milhões de euros em setembro deste ano.

Ajustificar este aumento significativo – liderado pela Caixa, seguido pelo Novo Banco e BCP – está, entre outros fatores, a incerteza provocada pelo impacto da pandemia na economia e, consequentemente, no setor bancário. E a revisão do cenário macroeconómico no contexto da covid-19, como foi explicado por alguns dos bancos.

Entre as imparidades constituídas, houve também um reforço daquelas que estão relacionadas com o crédito de clientes. “Nos primeiros nove meses, registou-se um reforço de imparidades de crédito e de provisões para garantias bancárias de 220 milhões de eu-



Os principais bancos nacionais reforçaram as imparidades e provisões para responder à pandemia.

ros”, adiantou Paulo Macedo, CEO da Caixa, durante a conferência de imprensa de apresentação de resultados.

Já o BCP afirmou, no seu comunicado, que “o impacto da situação extraordinária que se vive atualmente fez-se sentir sobretudo na constituição de imparidades adicionais para risco de crédito, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional e também na reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial na atividade em Portugal”. No Novo Banco, no qual as imparida-

des e provisões são as mais elevadas (833 milhões), o nível de provisionamento deverá manter-se “elevado no próximo trimestre”.

Entre os cinco bancos – o Santander Portugal não discrimina estes dados – as imparidades de crédito cresceram perto de 30% para cerca de mil milhões de euros, segundo as contas do Negócios. Apesar deste reforço, ainda não há sinais de incumprimento. O rácio de crédito malparado continuou a cair, entre setembro de 2019 e setembro de 2020, em todas as instituições financeiras.

Ainda assim, alguns banqueiros já admitiram que o nível de malparado irá aumentar devido à pandemia. “Obviamente vai haver crescimento no incumprimento. Ponto final parágrafo”, disse Miguel Maya, presidente executivo do BCP, na apresentação de resultados do primeiro trimestre.

## Mais de 400 mil moratórias

Este incumprimento poderá vir a verificar-se quando terminarem as moratórias no crédito, em setembro do próximo ano. Uma medida criada pelo Governo para

permitir que as famílias e empresas tenham mais tempo para pagar as suas dívidas.

Os seis maiores bancos nacionais concederam perto de 460 mil moratórias até setembro, num total de quase 40 mil milhões de euros. Já considerando o total das instituições financeiras, o número de moratórias supera os 750 mil, de acordo com os dados mais recentes do Banco de Portugal.

Praticamente todos os bancos aumentaram o número de clientes abrangidos por este regime em relação a junho, à exceção da Caixa.

Marilene Alves

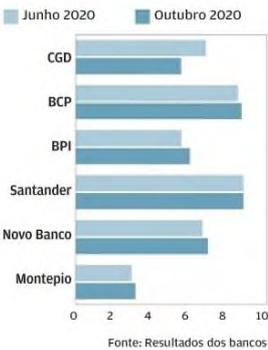


# NB anula lucros dos maiores bancos nacionais

## MORATÓRIAS DE 40 MIL MILHÕES

Valores em milhões de euros

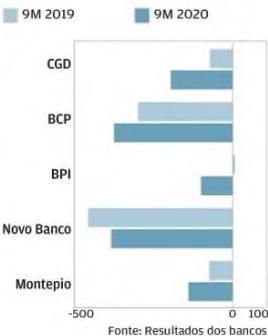
A CGD foi o único banco em que se registou uma diminuição do número e montante de moratórias, entre junho e outubro deste ano.



## MAIS IMPARIDADES DE CRÉDITO

Valores em milhões de euros

As imparidades de crédito entre os seis maiores bancos nacionais aumentaram perto de 30% até setembro, face ao período homólogo.



O banco registou menos 16 mil moratórias. Como explicou José de Brito, administrador financeiro da CGD, esta evolução deve-se ao facto de as pessoas terem recorrido a esta solução numa "atitude preventiva", tendo agora optado por não a prolongar. Por outro lado, muitos dos créditos estavam sob a moratória da banca, sendo que o seu prolongamento faria com que passassem para a moratória pública. Este processo traz alguma burocracia, disse, o que pode ter servido como desincentivo para prolongar a medida. ■

Os resultados dos maiores bancos nacionais continuam em queda devido ao impacto da pandemia de covid-19. Ainda assim, quando somados, podiam ter-se mantido positivos nos primeiros nove meses do ano se não fossem os prejuízos do Novo Banco. O resultado negativo de mais de 800 milhões de euros do banco liderado por António Ramalho anulou os lucros das outras entidades, num período que foi marcado por uma quebra generalizada no negócio bancário.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD), BCP, BPI e o Santander Portugal registaram, no total, lucros de perto de 870 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano. Um valor que baixa ligeiramente quando subtraído o prejuízo de 57 milhões de euros do Banco Montepio.

Já quando se junta o Novo Banco a esta equação, os resultados das maiores instituições financeiras passam a negativo, já que o banco liderado por António Ramalho registou prejuízos de 853,1 milhões de euros até setembro.

Estas contas foram novamente pressionadas pela substituição de imparidades para fazer face a potenciais perdas provocadas pelo impacto da pandemia. No entanto, este

não foi o único motivo para a queda nos resultados. O negócio bancário também está a ressentir-se. A margem financeira, que é a diferença entre os juros cobrados e os juros pagos, caiu perto de 4% entre as principais instituições financeiras, com o contributo sobretudo do banco estatal. Isto ditou uma descida de cerca de 20% no produto bancário no total destes bancos.

Também as comissões bancárias recuaram devido à quebra na atividade bancária num período que tem sido marcado pela adoção de várias medidas para travar a propagação do novo coronavírus.

Quanto à rentabilidade dos capitais próprios (ROE na sigla em inglês), esta tem sido afetada pela covid-19, isto quando se comparam os números em termos homólogos. Já quando se analisam os dados em cadeia, regista-se mesmo um reforço ligeiro do ROE na CGD e no BCP. Por outro lado, os bancos de capitais espanhóis, o BPI e o Santander, assistiram a uma descida deste indicador entre os últimos dois trimestres.

Por outro lado, os custos continuam a recuar, com os bancos a manterem os esforços de simplificação das suas estruturas. Isto ao mesmo tempo que têm conseguido libertar-se dos ativos considerados tóxicos, com o "stock" de crédito malparado a manter a sua tendência de queda. No caso do Novo Banco, passou de perto de seis mil milhões para cerca de três mil milhões de euros entre setembro de 2019 e setembro de 2020. Esta tendência de descida não deverá, contudo, manter-se no futuro.

Em relação ao capital, o rácio CET1 foi reforçado em quase todos os bancos entre o início deste ano (antes da pandemia) e setembro. ■ RA

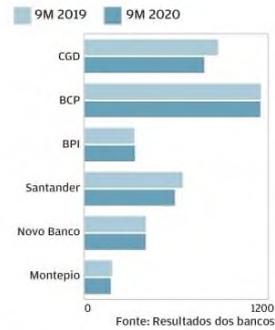
# -31,6

**RESULTADOS**  
No total dos seis maiores bancos nacionais, o resultado foi negativo em 31,6 milhões de euros até setembro deste ano.

## MARGEM FINANCEIRA RECUA 4%

Valores em milhões de euros

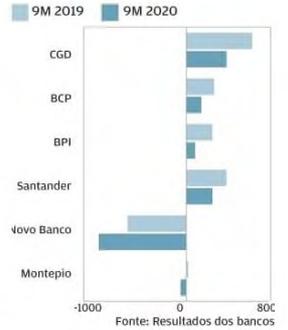
A margem financeira recuou de forma generalizada entre os maiores bancos (-4,1%), mas foi na CGD que a queda foi mais acentuada.



## RESULTADOS NO VERMELHO

Valores em milhões de euros

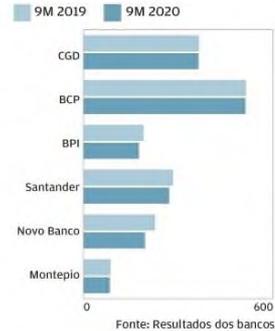
Os seis principais bancos registaram um prejuízo de 32 milhões devido ao resultado negativo de mais de 800 milhões do Novo Banco.



## COMISSÕES EM QUEDA

Valores em milhões de euros

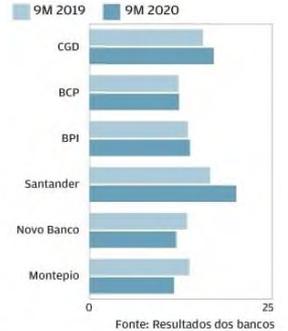
As comissões dos seis maiores bancos nacionais recuaram 3,9% até setembro, num período marcado por uma quebra da atividade.



## RÁCIO DE CAPITAL CET1 REFORÇADO

Valores em percentagem

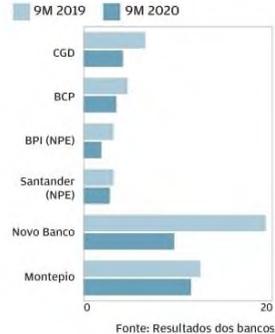
À exceção do Novo Banco e do Montepio, os bancos reforçaram os seus rácios de capital CET1 até setembro, face ao período homólogo.



## RÁCIO DE MALPARADO RECUA

Valores em percentagem

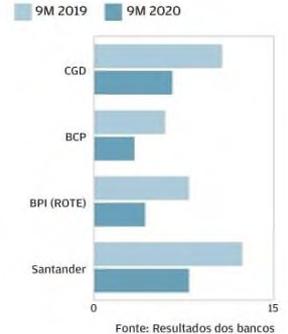
Os bancos, nomeadamente o NB, têm vindo a limpar os ativos tóxicos. Um esforço que tem levado à descida do rácio de malparado.



## PANDEMIA PENALIZA A RENDIBILIDADE

Valores em percentagem

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) da banca portuguesa tem sido penalizada pelo impacto da pandemia.





# Crédito às empresas sobe à boleia das linhas do Estado

**As linhas de crédito garantido pelo Estado impulsionaram a procura nos primeiros nove meses do ano. A carteira de crédito a empresas no conjunto do setor aumentou mais de 4% nesse período, uma subida que já não se observava desde 2009.**

**RAFAELA BURD RELVAS**  
rafaelarelvass@negocios.pt

A concessão de crédito disparou nos primeiros nove meses do ano, sobretudo graças aos financiamentos às empresas. Este movimento é explicado, contudo, pela forte adesão às linhas de crédito garantido pelo Estado, sem as quais a procura de empréstimos por parte das empresas teria caído na maioria dos casos.

No final de setembro, Caixa Geral de Depósitos (CGD), BCP, Santander, BPI e Montepio tinham, em conjunto, uma carteira de crédito total de 186,8 mil milhões de euros, um aumento de 1,9% face a igual período do ano passado (apesar da quebra de 2,7% registada pela Caixa). Contando com o Novo Banco, que sofre uma quebra superior a 10% na carteira de crédito, motivada pela venda de grandes carteiras de malparado, o "stock" total destes seis bancos seria de 212,7 mil milhões, uma redução homóloga de 0,28%.

O crescimento acontece, sobretudo, no segmento de empresas. Excluindo novamente o Novo Banco, em que a carteira de crédito às empresas caiu, e o Montepio, que não discrimina segmentos, a carteira total de crédito a empresas de CGD, BCP, Santander e BPI atingiu 64,8 mil milhões, uma subida homóloga de 4,25%.

Este retrato está em linha com o cenário do setor traçado pelo Banco de Portugal (BdP). No final de setembro, a carteira total de crédito a empresas era de 72,1 mil milhões de euros, uma subida de 4,4% face a 2019. É preciso recuar a 2009 para encontrar uma sub-



**A carteira total de crédito a empresas fixou-se em 72,1 mil milhões no final de setembro, segundo os dados do BdP, liderado por Mário Centeno.**

da tão expressiva.

Este movimento aconteceu num período em que estiveram disponíveis mais de 6 mil milhões de euros em linhas de crédito garantido pelo Estado, lançadas pelo Governo para responder à crise gerada pela pandemia.

Excluindo o efeito destas linhas, a procura de crédito por parte das empresas teria diminuído em várias instituições. É o caso, por exemplo, do Santander, que concedeu 1,4 mil milhões de euros em linhas de crédito e que, no relatório dos resultados dos primeiros nove meses do ano, assu-

me a "diminuição da procura de crédito por empresas fora do âmbito das linhas com garantia do Estado", não esclarecendo qual a dimensão dessa redução.

Também no BCP se verificou o mesmo: o banco concedeu 2,4 mil milhões de euros em linhas de crédito, mas as novas operações de crédito a empresas aumentaram em 2,1 mil milhões, o que significa que, sem as linhas, teria havido uma diminuição da nova produção de crédito na ordem dos 300 milhões. O banco frisa que, caso não tivessem sido disponibilizadas linhas de crédito, a conces-

são de financiamento a empresas não teria caído necessariamente nesta dimensão. A diferença, aponta fonte oficial, explica-se "pela oferta de crédito com condições especiais", que foram aproveitadas pelas empresas.

A CGD concedeu 1.365 milhões no âmbito das linhas de crédito. Fonte oficial adianta que, fora deste contexto, a nova produção de crédito a empresas totalizou 4.047 milhões, 6,3% abaixo do que tinha sido registado nos primeiros nove meses de 2019.

No BPI, o financiamento no âmbito das linhas de crédito tota-

lizou 704 milhões. Fora destas linhas, houve uma redução homóloga de 8% nas novas operações de crédito a empresas, aponta fonte oficial, sem detalhar o valor em causa. Também aqui, a preferência das empresas pelas "vantagens" oferecidas pelas linhas é a justificação para esta queda.

Já o Novo Banco refere apenas que os 1.100 milhões de euros concedidos no âmbito das linhas de crédito representaram 38% do montante das novas operações de crédito de médio e longo prazo destinado a médias empresas e "corporate". O Montepio não re-

Duarte Roriz



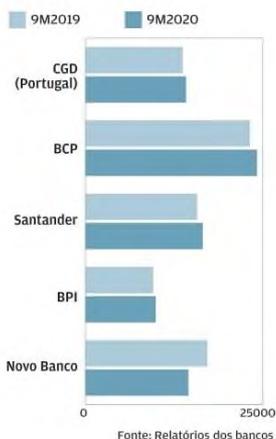
# Depósitos registam o maior aumento dos últimos nove anos

No final de setembro, os depósitos em Portugal ultrapassavam os 333 mil milhões de euros, uma subida de 6%, a mais expressiva registada desde 2011.

## CRÉDITO A EMPRESAS DISPARA

Valores em milhões de euros

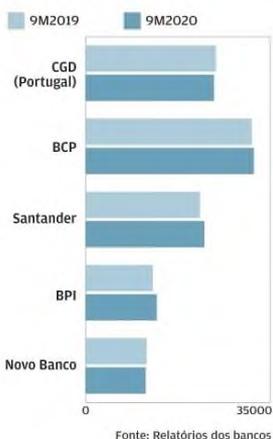
Excluindo o Novo Banco, no qual a carteira de crédito às empresas caiu, e o Montepio, que não discrimina os segmentos, a carteira total de crédito a empresas da Caixa, BCP, Santander e BPI atingiu os 64,8 mil milhões de euros no final de setembro, valor que representa uma subida de 4,25% em relação a igual período do ano passado.



## CRÉDITO A FAMÍLIAS SOBE MENOS

Valores em milhões de euros

A carteira de crédito a particulares conjunta dos cinco maiores bancos a operar em Portugal totalizava 103,6 mil milhões de euros no final de setembro deste ano, um aumento de 1,5% face ao mesmo mês do ano passado. Só a Caixa e o Novo Banco apresentaram ligeiras quedas neste segmento, com os restantes bancos a apresentarem subidas.



vela estes montantes.

Apesar de a banca justificar esta diminuição da concessão de crédito fora das linhas com a menor procura das empresas, e não com uma menor disponibilidade por parte das instituições, importa lembrar os resultados dos inquéritos realizados este ano pelo BdP sobre o mercado do crédito. Estes revelaram sempre que as instituições admitiam definir critérios de concessão mais restritivos para as empresas.

### Crédito a famílias cresce

No caso do crédito às famílias,

também se verifica um aumento da concessão, sobretudo no crédito à habitação, mas que fica muito aquém daquele que foi registado no segmento de empresas.

A carteira de crédito a particulares conjunta dos cinco maiores bancos a operar em Portugal totalizava 103,6 mil milhões de euros no final de setembro, um aumento de 1,5% face ao mesmo mês do ano passado. No conjunto do setor, segundo os dados do BdP, o crédito total às famílias ultrapassava os 119,8 mil milhões de euros no final de setembro, uma subida homóloga de 1,38%. ■

A par da concessão de crédito, e em altura de crise, também as poupanças estão a aumentar a um ritmo acelerado. Este ano, até ao final de setembro, os depósitos registaram o maior aumento em mais de nove anos.

Entre os maiores bancos a operar em Portugal, os depósitos caíram mais de 6% no Novo Banco, totalizando 26,3 mil milhões de euros, e outros 2,4% no Montepio, fixando-se em 12,3 mil milhões. De resto, o movimento foi de aumentos significativos.

O BPI destaca-se nesta tendência, com um aumento superior a 13% para os 63 mil milhões de euros. Segue-se a Caixa Geral de Depósitos (CGD), que viu os depósitos aumentarem quase 9% para os 70,5 mil milhões, enquanto no BCP cresceram perto de 6% para 63 mil milhões. O Santander registou o aumento menos significativo, de 3,7%, para os 36,3 mil milhões.

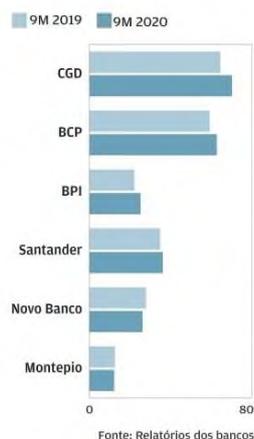
Feitas as contas, e mesmo considerando as instituições onde este indicador sofreu uma redução, os depósitos conjuntos dos seis maiores bancos a operar em Portugal totalizaram 233,7 mil milhões de euros no final de setembro, valor que corresponde a uma subida de 5,2% em relação a igual período do ano passado.

Um movimento idêntico foi observado a nível global, no conjunto do setor. Segundo os dados do Banco de Portugal (BdP), os depósitos em Portugal ultrapassavam os 333 mil milhões de euros, uma subida homóloga de 6%. Para esta evolução contribuíram tanto as famílias como as empresas: no primeiro caso, os depósitos totalizaram 169,7 mil milhões de

## POUPANÇA CRESCE

Valores em milhões de euros

Mesmo considerando as instituições onde este indicador diminuiu, os depósitos conjuntos dos seis maiores bancos a operarem em Portugal totalizaram 233,7 mil milhões de euros no final de setembro deste ano, valor que corresponde a uma subida de 5,2% em relação a igual período do ano passado. O BPI registou o maior aumento.



euros, um aumento de 6,65% face ao ano passado, o mais expressivo desde 2012.

Já os depósitos das sociedades não financeiras ascendiam a 54,5 mil milhões de euros no final de setembro, uma subida homóloga de 15,5%.

Na maioria dos casos, fica por esclarecer qual foi a evolução dos depósitos de investidores institucionais, depois de vários bancos terem decidido aplicar uma comissão sobre os depósitos destes clientes, para compensar a política de juros negativos praticada pelo Banco

Central Europeu (BCE), que tem penalizado a margem financeira dos bancos.

Um destes bancos foi o BPI, que começou a aplicar, no ano passado, uma comissão de 0,3%, entretanto já aumentada para 0,5%, sobre os depósitos dos investidores institucionais. O efeito foi imediato: ainda no final de setembro do ano passado, os depósitos destes clientes já tinham diminuído 63% em termos homólogos, totalizando 350 milhões de euros. Em setembro deste ano, o movimento repete-se, com os depósitos de institucionais a caírem para 239 milhões de euros.

Este segmento não é discriminado nos restantes casos.

## Negócio dos seguros está em queda

Os recursos totais de clientes aumentaram, assim, quase exclusivamente devido aos depósitos, já que, fora do que é considerado no balanço dos bancos, foram registadas quebras, em particular no que diz respeito ao negócio dos seguros.

Este movimento foi particularmente notório no BCP, no qual o negócio de seguros de poupança e de investimento recuou mais de 11% nos primeiros nove meses do ano, totalizando 8,3 mil milhões de euros.

Mas também se verificou no Santander, onde os seguros e outros recursos caíram mais de 5% e passaram a totalizar 4 mil milhões de euros, e ainda na Caixa, que registou uma quebra de 4% dos seguros financeiros, para cerca de 2,9 mil milhões de euros. Já no BPI, os seguros de capitalização reduziram-se em 3% e totalizaram 4,3 mil milhões de euros. ■

RAFAELA BURD RELVAS

# negócios

Terça-feira, 17 de novembro de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4373 | € 2,50  
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

## Código QR nas faturas vai dar benefício fiscal

**Medida** faz parte das propostas de alteração do Orçamento | **Entrega** obrigatória do ficheiro SAF-T adiada para 2022 | **Advogados** vão ter acesso facilitado a subsídio por quebra de rendimento | **PS** propõe mais quatro euros por dia a operários expostos a risco

ECONOMIA 8 e 9



### Banca já pôs de lado 1,9 mil milhões para enfrentar a crise

Crédito às empresas sobe à boia das linhas garantidas pelo Estado.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

### Radar África

Os bancos portugueses na encruzilhada angolana

ECONOMIA 13

### Indústria

Vizelpas “filma” investimento de 42,5 milhões em Guimarães

EMPRESAS 18

### Vacina vai continuar a suportar aposta no risco

Moderna engorda 30 mil milhões em bolsa este ano

MERCADOS 20 e 21

### ASF admite regular seguros de saúde

Supervisor vai avançar com um estudo para perceber como funciona o mercado. Em última instância poderá tomar medidas regulatórias.

EMPRESAS 16 e 17 e SUPLEMENTO

### BBVA e Sabadell preparam megafusão em Espanha

EMPRESAS 19

Publicidade

EDP TANTO FADO

Se o teu fado tem alma, conquista um lugar em palco.

Inscrite-te já em [edp.com/edptantofado](http://edp.com/edptantofado)



CONTAS PÚBLICAS

# Centeno avisa que dar apoios massivos é “proibitivo”

**Os elevados níveis de dívida pública e privada tornam “proibitivos” apoios de grande escala às empresas e famílias, alerta o governador do Banco de Portugal. Medidas têm de ser “focadas”, defende.**

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

“Mais do que nunca, as novas políticas devem atuar na margem”, avisou esta segunda-feira o governador do Banco de Portugal, Mário Centeno. E reforçou: “Os níveis de dívida tornam proibitivas intervenções massivas nos apoios” às famílias e à economia. O alerta chega na semana em que o Governo se prepara para discutir e votar o Orçamento do Estado para 2021, na especialidade.

O também ex-ministro das Finanças falava na 10.ª conferência do Banco de Portugal cujo tema foi “O desenvolvimento económico português no espaço europeu”. Centeno defendeu que a atual crise, provocada pela pandemia de covid-19, é maioritariamente temporária, pelo que deve ter uma resposta também temporária. Porém, vai deixar algumas marcas estruturais que devem ser tidas em conta no momento de definir as políticas públicas para ajudar o país a sair da recessão.

Desde logo, a crise vai deixar um aumento significativo da dívida, tanto pública, como privada. E, além disso, vai aumentar as desigualdades. Assim, há quatro pontos fundamentais que devem ser tidos em conta, defende o governador, na hora de desenhar a resposta à crise.

Primeiro, as medidas devem ser “focadas” e não generalizadas, evitando apoiar projetos inviáveis e procurando concentrar os apoios em quem vai ter mais dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho pós-pandémico. Esta exigência decorre do facto de



Mário Centeno diz que a crise é temporária, mas terá alguns efeitos estruturais que devem ser tidos em conta na resposta a dar.

os níveis de dívida estarem muito elevados, sendo por isso impeditivos de apoios “massivos”, argumentou o governador.

O alerta chega na mesma semana em que o Governo se prepara para discutir e votar o Orçamento do Estado para 2021 com os partidos, na Assembleia da República. Sem apoio garantido por parte dos antigos parceiros da geringonça, o atual ministro das Finanças, João Leão, terá de permitir uma aproximação da sua proposta inicial às exigências dos deputados da oposição. O PS já entregou 79 propostas de alteração.

Outra recomendação do governador do Banco de Portugal é que os apoios para responder à crise sejam “temporários”. Ou seja, Centeno mostra-se contra a criação de apoios sociais que permaneçam para lá da crise, bem como

à alteração de regras de funcionamento dos atuais apoios prestados. “Perante uma crise que não é estrutural, não devemos alterar as características fundamentais do nosso sistema de apoio social e económico”, frisou o governador, argumentando que de outro modo, a recuperação até pode ser prejudicada.

Uma das exigências dos partidos de esquerda tem sido modificar as regras de atribuição do subsídio de desemprego, tornando-o mais alargado. Também têm defendido a necessidade de tornar o novo apoio extraordinário, que o Governo desenhou para responder à pandemia, mais abrangente.

A terceira recomendação de Centeno é dirigida ao investimento público: deve dar-se prioridade ao investimento que já esteja em curso, diz o governador. Estes in-

vestimentos devem ter o cuidado de ser sustentáveis tanto em termos financeiros, como ambientais, sublinhou. Centeno frisou ainda que o fundamental do investimento numa economia deve ser privado, e não público, contrariando a tónica que tem sido defendi-

“

**Os níveis de dívida tornam proibitivas intervenções massivas nos apoios [às famílias e à economia].**

MÁRIO CENTENO

Governador do Banco de Portugal

da pelos partidos da oposição.

Por fim, os apoios ao emprego devem cada vez mais concentrar-se na promoção da criação de novo emprego nos setores mais dinâmicos no pós-pandemia, em vez de cristalizar a atual estrutura do mercado de trabalho, frisou Centeno.

Esta é uma sugestão que o governador tem vindo a deixar já várias vezes, sugerindo que os modelos como o lay-off devem ser limitados, assim que a pandemia o permita. Centeno defende “apoios que promovam o emprego não nas mesmas empresas e setores, mas incentivar novas contratações e criação líquida de emprego.” Para o governador é importante evitar políticas que possam funcionar como barreiras à mobilidade dos trabalhadores, já que isso atrasa a recuperação. ■

Duarte Roriz

A COR DO  
DINHEIRO

**CAMILO LOURENÇO**  
Analista de economia  
camilolourenco@gmail.com

## Mário Jekyll vs. Centeno Hyde

O ministro das Finanças apareceu. Perdão, o ex-ministro das Finanças. Sim, Mário Centeno veio ontem lembrar ao país que o Governo não pode ser um mãos largas nas ajudas à economia... porque Portugal está excessivamente endividado: “O nível de dívida pública impede ajudas massivas. Temos de ser focados...”.

Tem piada: Mário Centeno diz agora aquilo que desdizia quando era ministro. Nessa altura, recorde-se, propalava aos quatro ventos que o desequilíbrio das contas públicas estava resolvido. E aí de quem lhe saísse ao caminho para desdizer a de-

magogia barata. Que o digam o anterior governador do banco central, Carlos Costa, e a anterior presidente do Conselho de Finanças Públicas, Teodora Cardoso...

Mas voltemos a Centeno, na versão Dr. Henry Jekyll e Mr. Edward Hyde... O atual ainda conseguiu ir mais longe no alerta, ao dizer que as ajudas não podem ser permanentes e têm de se situar “nas margens”. Começemos pelo caráter transitório das ajudas. Centeno lembra que apesar de ser uma crise temporária, “aquilo que não será temporário é o aumento da dívida pública e uma maior desigualdade”. Mas que “lata”!

Então não foi Centeno o artifice, com António Costa, de cinco anos de devolução de rendimentos que, como se vê agora, o Orçamento não podia pagar? E que representam um agravamento estrutural da despesa do Estado, assente em receita conjuntural (como se está a ver pela dimensão do défice e do disparo da dívida pública: passou de 118 para 130% num ápice)?

Que Mário Centeno não tem vergonha, já todos sabíamos. O que é estranho é que continuemos a promover gente assim para os mais cargos da República. De facto, temos o que merecemos. ■



CAMILO LOURENÇO

**“Tem piada: Mário  
Centeno diz agora  
aquilo que desdizia  
quando era  
ministro.”**

PÁGINA 27



# Bloco ainda espera que Governo dê um passo de aproximação no OE

Sofia Rodrigues

## Bloquistas pedem apoios imediatos ao sector da restauração e PCP critica “insuficiência das medidas anunciadas” pelo executivo

A coordenadora do Bloco de Esquerda (BE) considerou ontem que é preciso que o PS corresponda ao passo de aproximação que foi dado pelo seu partido no âmbito das propostas de Orçamento do Estado para 2021.

Catarina Martins falava aos jornalistas após uma reunião, por videoconferência, com os representantes da Associação de Hotelaria e Restauração e Similares de Portugal. Ques-

tionada sobre se houve alguma evolução nas conversações com o Governo, a líder bloquista referiu que o partido apresentou algumas medidas “ligeiramente diferentes no sentido de se aproximar mais das posições do PS. “Precisamos agora que seja dado o outro passo também de alguma aproximação”, apelou.

Questionada sobre se já houve alguma reunião com o Governo nesta fase, a líder do BE sublinhou a disponibilidade para esses encontros: “Teremos [disponibilidade] a qualquer momento que o Governo o deseje. O Bloco de Esquerda está disponível.” E sugeriu que essa aproximação pode acontecer “durante as votações na especialidade”, a partir de sexta-feira.

Catarina Martins frisou que o OE

não é para um ano em que a crise já passou e foi essa a tônica das suas propostas para a área da restauração, lembrando que o sector “da noite” está 100% paralisado “há oito meses” e o restante em 50%.

Defendendo que a restauração precisa de uma intervenção imediata e não de recuperação, a líder do BE avançou com três propostas: alteração da base de comparação da facturação de 2020 para 2019 no que toca à atribuição do apoio de 20% anunciado pelo Governo; lançamento de um programa de redução de rendas; e redução fiscal do IVA.

“O Governo continua a considerar apenas medidas para a recuperação”, afirmou, acrescentando que é preciso também desburocratizar. “Boa parte

deste sector é feito de microempresas familiares: ou os apoios são simples ou não chegam às pastelarias, cafés deste país. A complexidade faz com que só cheguem às grandes empresas”, referiu a bloquista.

## Meros paliativos, diz PCP

Também o PCP divulgou ontem uma nota em que assegura que não se resignará e refere a necessidade de adoptar “medidas urgentes de apoio à restauração e outros sectores atingidos”. No mesmo texto, o partido defende a “insuficiência das medidas anunciadas” pelo executivo que descreve como “meros paliativos incapazes de fazer frente aos prejuízos causados pelas decisões do Governo PS”.



# “Querer melhorar a competitividade do país ignorando o ensino superior é inexplicável”

## Entrevista

Samuel Silva

### António Sousa Pereira Presidente do Conselho de Reitores critica a ausência do superior no Plano de Recuperação de Resiliência

António Sousa Pereira, reitor da Universidade do Porto há dois anos, elege o modelo de financiamento do ensino superior como prioridade para o mandato à frente do organismo que representa as universidades públicas. “Infelizmente, não há um reconhecimento do papel” do superior na sociedade portuguesa, lamenta, na sua primeira entrevista como presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

**Já disse, quando foi eleito no mês passado, que uma das linhas fortes de actuação à frente do CRUP será encontrar “uma fórmula de financiamento adequada e justa” para o ensino superior. Já falou com o ministro desde a sua eleição? Há abertura para que isso seja possível?**

Essa é a nossa vontade. Neste momento, estamos a fazer exercícios de simulação para avaliar o real impacto da aplicação de uma nova fórmula de financiamento.

**Quais são as limitações da actual fórmula?**

Quando a fórmula foi definida, em 2006, levou em conta, entre outros factores, a massa salarial de cada instituição. Nestes últimos anos houve muitas instituições que viram o seu corpo docente qualificar-se bastante. Houve instituições que passaram de 10% de professores doutorados para 60%. Estas instituições continuam a ter orçamentos calculados com base numa massa salarial que já não tem correspondência nenhuma com a realidade nos dias de hoje. Temos uma comissão dentro do CRUP a estudar e a fazer simulações para perceber os impactos de uma nova fórmula. Penso que teremos um documento que sirva de base para discutir com o Governo até ao final do ano.

**Isto exige maior financiamento público.**

Não queremos diminuir o orçamento a ninguém. Queremos que aqueles que recebem menos

do que aquilo a que tinham direito recebam mais. Isto só pode ser conseguido colocando mais dinheiro no sistema.

**As universidades comprometeram-se, há um ano, com um acordo com o Governo sobre financiamento que é válido até ao final da legislatura. Qual é a margem para pedir agora uma nova fórmula de financiamento?**

O acordo define um “bolo” que é destinado no Orçamento do Estado ao ensino superior, mas não a forma como ele é distribuído. Podemos negociar um aumento adicional do financiamento ou mecanismos em que os 2% de aumento do financiamento público garantidos anualmente ao longo da legislatura sejam distribuídos com alguns critérios que tenham a ver com o equilíbrio a introduzir na fórmula.

**O ensino superior está praticamente ausente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).**

Isso é verdade e já foi notado por todos nós. É inexplicável que se possa querer melhorar a competitividade do país ignorando o ensino superior. Precisamos de iniciar um plano negociado para que as universidades sejam contempladas quer no PRR quer no Portugal 2030, para podermos criar condições para melhorar aquilo que é crítico.

**Mesmo com a situação sanitária a piorar, o ministro Manuel Heitor deu indicações para que as instituições de ensino superior continuem a privilegiar o ensino presencial. Parece-lhe uma solução viável nos meses que temos pela frente?**

A experiência internacional mostra-nos que nas universidades em que foram suspensas na totalidade as actividades lectivas, essa suspensão constituiu-se como um factor de difusão da pandemia. Aconteceu isso em Inglaterra, onde o fenómeno está particularmente bem estudado. O facto de não haver nenhuma actividades presenciais levou a que, no interior das residências universitárias, passassem a existir

**Na pandemia, as universidades têm “desenvolvido produtos inovadores”, lembra o reitor**

focos de disseminação da doença que não se previa que viessem a acontecer. Nós mesmos vimos isso aqui em Portugal. Antes do início das aulas, houve uma série de problemas com festas académicas, por exemplo.

**Há maior segurança dentro do campus, portanto?**

Neste momento os *campi* em Portugal são seguros. Não se identificaram até hoje focos de contaminação nas universidades. Os casos existem, obviamente, mas normalmente são infecções que vêm de fora.

**As universidades não estão só**

**a lidar com a pandemia do ponto de vista do ensino, estão também no lado na investigação. O país tem sabido reconhecer esse trabalho do ensino superior neste momento que atravessamos?**

Eu gostava muito de lhe dizer que sim. Infelizmente, direi que, da parte de quem era fundamental que desse esse reconhecimento, ele não existiu. Por exemplo, os documentos que servem de suporte ao programa Portugal 2030, dizem o seguinte: “A investigação realizada em Portugal e o conhecimento gerado têm sido muito orientados para o aumento do *stock* de conhecimento na comunidade científica, com menor enfoque na inovação e no desenvolvimento de soluções que envolvam as empresas e na criação de produtos que cheguem ao mercado, falhando muitas vezes em responder aos desafios reais do tecido produtivo”. Esta é a opinião que está vertida nos documentos oficiais de suporte ao plano 2030.

**E com a qual discorda.**

Ignora por completo aquele que tem sido o posicionamento das universidades nos últimos 30 anos, que é de cada vez maior abertura às empresas, maior investimento na criação de *start-ups*, de empresas inovadoras, de novos produtos. Durante a pandemia, as universidades disseram que sim em uníssono. Apresentaram-se – e continuam todas elas a fazê-lo – ao serviço, tendo desenvolvido produtos inovadores, estando na linha da frente da inovação e da testagem.

**O Conselho Nacional da Educação recomendou uma revisão transversal do modelo de acesso ao ensino superior. Qual é a posição mais consensual entre os seus colegas reitores nesta matéria?**

Ainda não tivemos oportunidade de discutir no CRUP. Posso dar-lhe a minha convicção pessoal. Admitindo a bondade do princípio, tem de haver legislação muito bem feita e um sistema de auditoria muito eficaz a todos os processos que levem à colocação de alunos do ensino superior. Este é um assunto que deve efectivamente ser debatido. É preciso mudar qualquer coisa, porque, tal como está, o sistema não funciona. Mas temos de ter cuidado com as mudanças que vamos fazer, porque podemos estar a criar um sistema pior do que o anterior.





## Profissionais das artes

# Fisco vai cobrar IRS sobre apoios da cultura

**Pedro Crisóstomo**

Os profissionais da cultura que já receberam ou estão à espera de receber do Fundo de Fomento Cultural um complemento aos apoios extraordinários da Segurança Social aos trabalhadores independentes irão pagar IRS sobre todos esses valores. Os montantes deverão ser declarados ao fisco na Primavera, quando chegar a altura da entrega da declaração de rendimentos de 2020.

Apesar de os montantes da “linha de apoio social adicional” aos artistas, autores, técnicos e outros profissionais do sector serem descritos pelo Governo como uma prestação social – destinada, tal como os instrumentos excepcionais da Segurança Social, a compensar a quebra de rendimentos desencadeada pela pandemia –, a administração tributária não os enquadra dessa forma, mas sim como subsídios ou subvenções atribuídos no âmbito de uma actividade profissional que, embora em quebra, continua a existir. Na prática, equipara-os a rendimentos empresariais e profissionais e, por isso, à luz do código do IRS, considera que têm de ser tributados.

Este entendimento não é consensual entre especialistas, mas é vinculativo, porque é a interpretação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). E, face à leitura do fisco, Anabela Santos, consultora da Ordem dos Contabilistas Certificados, sublinha que os trabalhadores independentes terão de declarar estes montantes em 2021, ao apresentarem a declaração de rendimentos de 2020 (a Modelo 3), indicando quer os montantes deste complemento social, quer os dos outros apoios da covid-19.

Em todo o caso, o fisco saberá quem recebeu a subvenção do Fundo de Fomento, porque o Ministério da Cultura tem de comunicar essa informação à AT.

Para o Ministério das Finanças, o que resulta da lei é: “Não revestindo a natureza de prestação social e compensando a inactividade temporária, por razões, designadamente, de quebra de facturação, o apoio dirigido aos artistas, técnicos e outros profissionais da cultura que sejam exclusivamente trabalhadores independentes está sujeito a tributação em sede de IRS.” O mesmo acontece com os outros apoios da covid-19, como é o caso das verbas do *layoff*.

Para a Ordem dos Contabilistas, há razões para discordar. “A qualificação como rendimento do trabalho independente de prestações com uma natureza indeterminada e que, em

bom rigor, não decorrem do exercício de uma actividade económica (mesmo que se exija o prévio enquadramento do beneficiário como trabalhador independente), mas de um mero complemento de protecção social, suscita fundadas dúvidas da sua sujeição a IRS”, contrapõe Anabela Santos.

Para a AT, os apoios da crise pandémica não são vistos como “apoios sociais” à luz do conceito abarcado pelas bases gerais do sistema de Segurança Social. O Governo acaba por assumir a interpretação dos serviços, embora no Programa de Estabilização Económica e Social se refira aos apoios à quebra da actividade como “prestações sociais”, dando justamente como exemplo o “apoio social específico para os profissionais das artes do espectáculo”. Apesar disso, a regulamentação das linhas da Cultura clarifica que as verbas são atribuídas “sob a forma de subvenção não reembolsável”.

### Sem recibo

Em Novembro, quando o Fundo de Fomento começou a pagar os apoios complementares, enviou *emails* aos beneficiários solicitando que, no prazo de dez dias úteis, emitissem um recibo “pelo valor total do apoio”. Mas o Ministério da Cultura acabaria por recuar, anunciando que, afinal, os profissionais já não teriam de emitir esse documento. A justificação dada ao PÚBLICO é a de que aquele pedido fora enviado porque resultava de um “*email* automático”.

Há dias no Parlamento, a ministra Graça Fonseca revelou que cerca de 9000 profissionais tinham recebido os apoios da Segurança Social, não se sabendo quantos receberam o complemento do Fundo de Fomento.



**Ordem dos Contabilistas discorda da tributação de apoios**



# Não podemos ignorar!

## Opinião



**José Luís Carneiro**

Como escreveu Sophia de Mello Breyner Andresen, no seu poema *Cantata de Paz*: “[V]emos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar.” Sirvo-me desta interpelação de um dos nossos mais lúcidos espíritos, profunda e civicamente comprometido com a liberdade, para me deter num dos mais marcantes acontecimentos políticos dos últimos tempos: a disponibilidade do PPD/PSD para, a propósito da viabilização da solução política nos Açores, aceitar incluir as propostas do Chega numa futura proposta para a revisão da Constituição.

Que fique claro, uma solução política de governo com base no suporte parlamentar é constitucionalmente legítima e a anterior legislatura é a prova da sua eficácia política e democrática. Dada a fragmentação e atomização político-ideológica dos últimos 20 anos, tem vindo a ser prática num já considerável número de países europeus. Mas, neste caso, o que o PPD/PSD fez foi validar uma aliança que tem sido repudiada em diferentes países europeus por partidos que, sendo do centro-direita e da direita, rejeitam o extremismo e a xenofobia. Assim aconteceu na Espanha e na Alemanha. Dizia há dias o

vice-presidente do PPD/PSD, Nuno Morais Sarmiento: “Se me pergunta se o Chega tem posições xenófobas? Tem. Tem posições racistas? Tem.” A xenofobia e o racismo são as razões por que não se pode comparar a atual atitude política com o acordo feito pelo PS com os partidos que têm, até agora, dado provas de respeito pelos valores constitucionais.

Mesmo a criatividade literária de alguns, que é muita, não é suficiente para demonstrar que o acordo com o Chega é equivalente ao acordo do PS com o PCP e com o BE. É imperativo afirmar que são acordos muito distintos. Nos objetivos, no conteúdo e nos atores.

Em 2015, o PS, depois de uma discussão aberta na comissão política e no grupo parlamentar, assumiu estar disponível para negociar com o PCP e o BE no respeito pela sua identidade histórica e programática; no cumprimento das obrigações europeias e na defesa das responsabilidades transatlânticas. Os outros partidos mantiveram a sua identidade e procuraram encontrar nesse acordo com o PS um compromisso para terminar com a política de austeridade adotada pela coligação PSD-CDS. Recuperar rendimentos, repor o provimento de bens e serviços públicos essenciais. Em nenhum momento se trocou o suporte parlamentar por uma proposta de revisão constitucional.

Trata-se de uma situação muito distinta. Assistimos a uma



## Todos os cidadãos merecem respeito. As más ideias [merecem] o nosso combate democrático

negociação de um partido fundador da democracia portuguesa com um partido que, para viabilizar o acordo nos Açores, se propõe estabelecer como “moeda de troca”, a revisão da Constituição. E nessa revisão romper com alguns dos seus valores fundamentais. Estamos a falar da negociação com um partido que se tem vindo a articular com a extrema-direita europeia. Dizem alguns, e bem, que se não deve desvalorizar os seus cidadãos eleitores. Concordo. Todos os cidadãos merecem

respeito. As más ideias, o nosso combate democrático.

É, precisamente, a proposta de revisão constitucional do partido com que o PPD/PSD esteve a negociar que contempla a eliminação do artigo que trata dos limites materiais da revisão constitucional, ou seja, do artigo que, entre outros princípios, salvaguarda os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; os direitos dos trabalhadores; a separação e a interdependência dos órgãos de soberania; a independência dos tribunais, a autonomia das autarquias locais.

Importa ainda lembrar que essa proposta contempla a “castração química”, remetendo para lei especial a “castração físico-cirúrgica”; o trabalho compulsivo para os detidos; o fim de algumas garantias do processo criminal, como o fim da presunção da inocência; a prisão perpétua; o fim da progressividade fiscal; a privatização e o desmantelamento de serviços de Saúde e de Educação e a extinção de um vasto conjunto de direitos culturais e sociais.

Estas propostas políticas são de tal modo graves e contêm um significado cultural de tal maneira retrógrado que exigem dos partidos do “arco constitucional” o dever de não ignorar o que está em causa e de evitarem ser o “cavalo de Tróia” de propostas que ameacem o núcleo essencial dos valores constitucionais.

**Secretário-geral adjunto do PS**

SÍNTESE ESTATÍSTICA DO EMPREGO PÚBLICO

# Saíram 622 médicos do SNS num trimestre

**SUBIDA** ✪ Apesar da queda no número de clínicos, setor da saúde reforçou-se num ano com 6234 novos profissionais **GLOBAL** ✪ Total de funcionários públicos, em setembro, é superior a 700 400

JOÃO MALTEZ

O número de trabalhadores em funções públicas na área da saúde no final do terceiro trimestre deste ano superava os 147 700 profissionais, mais 6234, quando comparado com o mesmo período de 2019. A evolução homóloga mostra, assim, uma subida de 4,4% no total dos funcionários neste setor. Já do final de junho para o final de setembro de 2020, assistiu-se a uma evolução mais modesta (0,5%) e sobretudo à custa da contratação de enfermeiros e de assistentes operacionais, já que neste espaço de tempo saíram do Estado - para o privado ou por reforma - 622 médicos.

Os números avançados ontem na Síntese Estatística do Emprego Público, relativa ao terceiro trimestre deste ano, revela que no final de junho o Estado dava emprego a 31 652 médicos, número que passou, a 30 de setembro, para 31 030: menos 2%. Um ano antes eram 30 871. No final de março, quando a pandemia causada pelo novo coronavírus já tinha chegado a Portugal, o número de clínicos estava próximo dos 31 900.

O emprego no setor das administrações públicas registava, no final de setembro deste ano, um total de 700 477 postos de trabalho, uma diminuição de 0,7% face ao trimestre anterior e um aumento de 1,6% (11 216 trabalhadores a mais) face ao mesmo período de 2019. O maior contributo para que o emprego público subisse ficou a dever-se à contratação nos setores da saúde - apesar do referido quanto aos médicos - e da Educação.

Segundo a Direção-Geral da



Setor da saúde teve um reforço de enfermeiros, técnicos de diagnósticos e terapêutica e assistentes operacionais

Administração e do Emprego Público, na área da saúde, entre julho e setembro, o Estado contratou 1980 assistentes operacionais, 1907 enfermeiros (50 849 no final de setembro deste ano) e 407 técnicos de diagnóstico e terapêutica (10 077).

Já no ensino, as áreas que registaram subidas nos quadros de pessoal foram as de educadores de infância e professores do Ensino Básico e Secundário (1464), bem como os assistentes operacionais (1201). ●

**ENFERMEIROS NO ESTADO  
ERAM 50 849 NO FINAL  
DE SETEMBRO DESTE ANO**



# Polícias pedem atualizações diárias das quarentenas

**DENÚNCIA** ➤ ASPP aponta demora na chegada de listas de confinamentos a esquadras **PEDIDO** ➤ Mais apoio a agentes em contactos à linha SNS24

A Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP), o maior sindicato da PSP, pediu ontem que a Direção-Geral de Saúde atualize diariamente as listas que fornece às forças e serviços de segurança, e em que constam quer os doentes infetados com Covid-19 quer as pessoas que, por indicação médica, devem ficar em quarentena profilática nas respetivas residências.

Segundo Paulo Rodrigues, presidente da ASPP, explicou ao CM, a solução que os técnicos da linha SNS 24 encontraram para passar às polícias esta informação “é rudimentar, e dificulta a atualização expedita e em tempo real desta informação a fornecer aos polícias”. Em concre-

to, acrescentou o líder sindical, são deixadas de fora destas atualizações, “que muitas vezes demoram 48 horas a chegar às instalações policiais”, parte dos casos confirmados bem como situações onde foi determinado o isolamento, mas não foi de-

## SINDICATO DA PSP QUER EVITAR QUE POLÍCIAS SEJAM FATORES DE RISCO

terminado o teste. “Esta situação não só impede os polícias de cumprir a relevante missão de verificar o cumprimento do confinamento, como também os expõe a riscos que seriam completamente evitáveis”.

Uma outra vertente denunciada ontem pela ASPP, e que

segundo Paulo Rodrigues precisa de uma resolução urgente, passa “pelas respostas diferentes que os agentes da PSP recebem sempre que contactam telefonicamente a linha SNS 24, em busca de ajuda por terem contactado suspeitos de estarem infetado com o novo coronavírus”. “Temos relatos de polícias que dizem que, para a mesma situação, há pessoas que recebem a indicação de ficar em isolamento profilático, outras para fazer teste, e outras ainda para continuar a trabalhar.” Esta é uma situação que, segundo o presidente da ASPP, “precisa de uma resolução urgente, para que os polícias não se tornem, eles próprios, fatores de risco à doença”. ●M.C.



PSP pede celeridade na divulgação das listas de infetados e uniformização no atendimento na linha telefónica SNS24



MUDANÇAS NO CÓDIGO DA ESTRADA

# Polícia sem meios para nova carta

**CONDUÇÃO** ♦ Faltam leitores para cartas digitais  
**NOVO** ♦ Multas sobem para telemóvel ao volante

BERNARDO ESTEVES

O Ministério da Administração Interna (MAI) quer tornar a carta de condução num documento digital que se pode guardar no telemóvel, mas a maioria dos polícias não possui meios para verificar a autenticidade das novas cartas. Caso as autoridades não consigam ler o documento digital, os

## GOVERNO RESSALVA QUE ALTERAÇÕES A EFETUAR NÃO ESTÃO FECHADAS

condutores têm cinco dias para o apresentar na esquadra em suporte físico. "Vamos ter muita gente a ir às esquadras, porque só o pessoal do trânsito tem esses meios informáticos. A grande maioria das patrulhas das estradas não tem esses meios", disse ao CM Paulo Rodrigues, da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia. A digitalização da carta, do Docu-

mento Único e do comprovativo da Inspeção digital são algumas das alterações que o MAI se prepara para fazer ao atual Código da Estrada. As mudanças passam também pelo agravamento das multas por falar ao telemóvel ao volante, que passam a variar entre os 250 e os 1250 €, quando até aqui oscilavam entre 120 e 600 €. Pretende-se também que passe a ser proibida a circulação nas cicloviárias de trotinetas e velocípedes cuja velocidade máxima seja superior a 25 km/h, segundo o 'JN'. As multas variam entre os 60 e os 300 euros e a medida não afetará trotinetas partilhadas disponibilizadas por aplicações.

A proposta do Governo para o novo Código da Estrada está a ainda a aguardar a posição de vários parceiros. Ao CM, o MAI garante que a proposta de alterações ao diploma não está ainda fechada, mas diz que haverá aprovação em breve. ●



Possíveis alterações ao Código da Estrada vão alterar os procedimentos

## PORMENORES

### Tratores com arco

O Governo pondera obrigar à instalação do 'arco de Santo António' nos tratores, uma vez que a sua ausência potencia acidentes mortais. O custo elevado pode dificultar a vida aos agricultores.

### Capacete não obrigatório

O uso de capacete em velocípedes e trotinetas com motor elétrico não será obrigatório, no âmbito do novo Código da Estrada, que acaba também com as multas de valores entre 60 e 300 euros.

CORREIO  
DA JUSTIÇAAntónio  
MarçalPRESIDENTE DO SINDICATO  
DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAISJustiça  
e Oficiais  
de Justiça - I

**O** desinvestimento na Justiça faz sentir-se no dia a dia dos Oficiais de Justiça (OJ), mas também nos cidadãos e na economia. Se analisarmos os Mapas de Pessoal aprovados pelos sucessivos governos, verificamos que faltam nos Tribunais e Serviços do MP Oficiais de Justiça, Assistentes Operacionais, Técnicos e Superiores. Esta situação é ainda mais grave se considerarmos que aqueles mapas estão subdimensionados. O que se torna num problema ainda maior face ao envelhecimento destes profissionais, sem que haja uma estratégia de rejuvenescimento por parte da tutela. Mais de 50% dos OJ têm mais de 55 anos de

MAIS DE METADE  
DOS OFICIAIS  
DE JUSTIÇA TEM MAIS  
DE 55 ANOS DE IDADE

idade. Continua sem se verificar a prometida dignificação dos profissionais, quer em termos salariais, quer em termos de reconhecimento da sua carreira. Pelo contrário, o retrocesso é evidente, com uma aposta desmesurada nas estatísticas, sem cuidar do que importa.

A luta por estatuto socioprofissional adequado tem duas vertentes: a do interesse próprio enquanto trabalhadores, mas também a do interesse público na melhoria da eficiência e eficácia da Justiça. O mínimo denominador comum entre a ministra da Justiça e os trabalhadores estará já encontrado: o novo estatuto dos OJ será aplicado a todos os atuais trabalhadores, desde logo ao nível do grau de complexidade funcional. ●



**PROFESSORES  
RECORREM À JUSTIÇA**

▣ O Sindicato Independente de Professores e Educadores apresentou uma queixa junto do provedor de Justiça para denunciar casos de docentes que dão aulas em regime presencial e à distância. ●



## Pessoal não docente faz greve em dezembro

Funcionários exigem melhores condições de trabalho.

Os trabalhadores não docentes das escolas vão realizar uma greve para o mês que vem com o objetivo de exigirem melhores condições de trabalho e a contratação de mais pessoal.

Artur Sequeira, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), declarou à *Lusa* que "a greve será na primeira semana de dezembro, mas a data ainda não está fechada". Só na quinta-feira se prevê que seja conhecido o calendário da greve, assim como os pormenores do protesto, que serão anunciados numa conferência de imprensa em Lisboa, junto ao Ministério da Educação.

O cenário de desvalorização das carreiras e da falta de pessoal já se arrasta há alguns anos mas, com a pandemia, a situação piorou: "Estamos a falar de situações que já existiam e outras que pioraram com a pandemia, como a falta de pessoal, que é gritante" afirma Artur Sequeira. O sindicato acredita que as soluções apresentadas pelo Governo não estão a conseguir responder às necessidades reais que as escolas enfrentam. "Muitas escolas estão a funcionar, e ainda bem", continua Artur Sequeira, "mas não conseguem cumprir os planos de contingência tal como estão estabelecidos porque há poucos trabalhadores".

Com uma maior necessidade de limpeza relativamente ao período pré-covid, várias tarefas acabam por ser descuradas.

O dirigente da FNSTFPS alerta para o facto de estarem a exercer "três mil trabalhadores para 5300 escolas". Artur Sequeira considera insuficientes a revisão da portaria de rácios, que foi publicada no mês passado e permitiu contratar mais três mil funcionários, e a decisão do Ministério da Educação que no primeiro período letivo permitiu a contratação de mais 1500 assistentes operacionais.



## Supermercado cria 60 postos de trabalho em Águeda

**EMPREGO** A Mercadona inaugurou ontem um supermercado em Águeda, criando 60 postos de trabalho. A loja, situada na Avenida 25 de Abril, tem 1900 m<sup>2</sup> e 140 lugares de estacionamento. É o quinto espaço do grupo espanhol no distrito de Aveiro, onde criou 300 empregos. A Mercadona anunciou que vai abrir duas lojas até ao final do ano, em Viana do Castelo (2 de dezembro) e Porto (Campanhã).



## Um quinto das empresas admite despedir

Sentimento dos patrões agrava-se face a setembro

**INQUÉRITO** A grande maioria das empresas em Portugal espera manter as suas equipas, num futuro próximo, mas 21% admitem diminuir o número de trabalhadores, com reduções que serão, em média, de 24%. Estes são dados do mais recente inquérito da CIP às empresas, em parceria com o ISCTE, referente ao mês de outubro e que mostram um agravamento de quatro pontos percentuais face ao mês anterior, em que apenas 17% dos inquiridos admitiam cortes no pessoal.

Oscar Gaspar, vice-presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal, reconhece que a “destruição de emprego” numa crise como a provocada pela pandemia “é inevitável”, pelo que são necessárias “medidas específicas” adicionais por parte do Governo para suportar o emprego.

### SETORES AFETADOS

Estes são resultados do 10.º inquérito realizado pela CIP ao tecido empresarial, no âmbito da covid-19, realizado entre 6 e 11 de novembro, ao qual responderam 513 empresas. Destas, a maioria (45%) opera no setor da indústria e energia, serviços (24%) e comércio (12%). Em termos de tamanho, 76% da amostra é constituída por micro e PME.

O sentimento dos empresários agravou-se, em outubro, com 68% dos inquiridos (60% em setembro) a reportar expectativas de quebra da faturação em novembro e dezembro, com uma redução homóloga média de 40%. Em contrapartida, 10% dos inquiridos que contam aumentar as vendas, com valores médios de crescimento de 22%.

Negativa é, também, a evolução das previsões de investimento, já que 46% indicam que irão diminuir os seus gastos em 2021. ●

ILÍDIA PINTO



## Protocolo vai ajudar empresas afetadas por incêndio em julho

**CASTELO DE PAIVA** A Câmara de Castelo de Paiva vai assinar um acordo de cooperação com o IEFP assegurando uma dotação financeira de 740 mil euros para apoiar a reinstalação das empresas afetadas pelo incêndio que destruiu, em julho, as instalações do Centro de Apoio à Criação de Empresas do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. O acordo vai vigorar por 36 meses e visa dar resposta aos “elevados prejuízos” daí resultantes. Em causa estão 400 postos de trabalho. Em outubro, três meses após do incêndio, as empresas queixavam-se de falta de apoio. **F.P.**



## Centeno defende apoios públicos temporários ao emprego

**GOVERNADOR** O governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, defendeu ontem que devem ser focadas e temporárias as políticas públicas de combate à atual crise, caso do apoio aos trabalhadores com dificuldade de integração no mercado de trabalho pós-pandémico. No entanto, na sua intervenção no final da 10.<sup>a</sup> Conferência “Desenvolvimento económico português no espaço europeu”, Centeno afirmou que esta crise, apesar de ter as características de uma crise temporária, acarreta consigo consequências duradouras.



## Guardas pedem fecho geral das cadeias

Para evitar contágios entre reclusos e profissionais

**PANDEMIA** O Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional defende que as cadeias deveriam ser “todas fechadas, a nível nacional, a ver se ainda se vai a tempo” de conter o contágio da covid-19 entre reclusos e profissionais.

“Se em março, sem nenhum caso positivo, se fechou tudo, porque é que agora, com mais de 300 casos, não se faz isso?”, questionou ontem o presidente do sindicato, Jorge Alves, criticando a alegada “dualidade de critérios”.

“Fechar tudo”, no entendimento do referido dirigente sindical, é suspender visitas e atividades de formação escolar e profissional dos reclusos. Precisamente aquilo que, nos últimos dias, aconteceu nos estabelecimentos prisionais de Tires (Cascais), Lisboa e Guimarães, segundo informou ontem a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Aquelas três cadeias têm surtos de covid ativos, em que já testaram positivo, respetivamente, 158, 26 e 99 pessoas, sendo que a totalidade do sistema prisional, com 48 prisões, registava ontem 368 casos, na sua grande maioria entre reclusos. ● N.M.



Cadeia de Tires



# Pocuradores têm de reportar diligências em casos mediáticos



Lucília Gago, procuradora-geral da República

GERARDO SANTOS / GLOBALIMAGENS

**PGR emite nova diretiva que reforça poderes hierárquicos. Superiores vão poder dar ordens nos processos**

**Nelson Morais**  
justica@jn.pt

**DIRETIVA** Os magistrados que estão à frente de processos que tenham ou possam vir a ter “repercussão pública” são obrigados a comunicar ao imediato superior hierárquico “os atos processuais relevantes” que queiram praticar. A obrigação é imposta por uma nova diretiva da procuradora-geral da República, Lucília Gago, onde esta também confirma que os superiores hierárquicos podem dar “ordens e instruções” destinadas a produzir efeitos num concreto processo, mas já diz que elas serão “sempre reduzidas a escrito” e vão integrar um “dossiê” paralelo.

A possibilidade de aquelas ordens e instruções serem dadas e não serem visíveis nos processos tinha sido aberta por uma diretiva emitida por Lucília Gago, em fe-

vereiro deste ano, que causou uma grande celeuma no Ministério Público. A procuradora-geral da República decidiu então suspender a diretiva e pediu ao Conselho Consultivo que voltasse a apreciar a matéria, tendo. Mas, na última quinta-feira, substituiu aquela diretiva por outra que recua apenas no secretismo das ordens e instruções.

## PORMENORES

### Conselho Superior marginalizado

Os poderes hierárquicos são matéria sempre muito sensível, numa magistratura que goza de autonomia externa e interna, mas a procuradora-geral da República avançou com as diretivas de fevereiro e deste mês sem consultar previamente o Conselho Superior do Ministério Público.

### Sindicato invoca novo estatuto

O dirigente sindical Adão Carvalho lembra que a última revisão do Estatuto do Ministério Público, aprovada pela Assembleia da República em 2019, não permite aos superiores hierárquicos darem “ordens e instruções” nos processos.

Estas vão ser dadas por escrito, de forma que poderão ser consultadas pelas partes, não nos volumes principais do processo, mas “em dossiê de preparação e acompanhamento, já instaurado ou a instaurar”, lê-se na diretiva 4/20, de quinta-feira passada.

### ATOS “RELEVANTES”

Outra novidade da diretiva é a obrigação de os procuradores comunicarem ao imediato superior hierárquico, desde logo, a instauração de inquéritos que, previsivelmente, venham a ter “repercussão pública”. Depois, os titulares também têm de reportar à hierarquia “os atos processuais relevantes que tenham, ou se preveja venham a ter, especial repercussão pública”. Por fim, ficam obrigados a comunicar as “decisões finais”.

O secretário-geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Adão Carvalho, comenta que a nova diretiva, ao permitir as ordens e instruções e ao obrigar os titulares a darem conhecimento “prévio” dos seus atos, comporta “riscos de instrumentalização do Ministério Público”, designadamente, através de “interferências externas”. ●



JN

Jornal de Notícias



**PGR exige informação sobre casos mediáticos**

Magistrados contra nova diretiva da Procuradoria p. 21

**Europol PSP tem lista de duas mil pessoas com armas ilegais em casa**

Pistolas de alarme adaptadas a disparar balas reais p. 18

**Homicídios Confessou ter matado o pai e a irmã grávida com 50 facadas**

Toxicodependente foi detido na Cova da Moura p. 19

# Tribunal da Relação considera ilegal quarentena da DGS

Juizes entendem que só o poder judicial pode decretar restrições às liberdades

Apenas em estado de emergência ou de sítio é possível aplicar medida Página 9

**Comunicações Preços aumentam e qualidade do serviço diminui**

Anacom acusa, mas operadores falam em cortina de fumo p. 12

**Grande Porto Seis mil famílias à espera de um teto p. 22 e 23**

**F. C. Porto Taremi ganha titularidade na Taça p. 48**

**Benfica Jesus abre porta de saída a Weigl p. 49**



**Covid-19 País em risco elevado trava comércio p. 4 a 10**



**Concelhos** Infetados recuam no litoral e sobem no interior **Pandemia** Cansaço e desinformação são rastilho de protestos **Vacina** Moderna com eficácia de 94,5%

PUBLICIDADE

**Precisa de dinheiro?**

Conheça a venda com opção de comprar! Pode vender o seu ouro e voltar a comprá-lo, pagando-o até 24 suaves prestações.

**VOC24**

Venda com Opção de Compra

**Valores** 808 256 737

www.valores.pt

PUBLICIDADE

**EUROMILHÕES** A criar excêntricos de um dia para o outro

**ESTA SEXTA-FEIRA**

**130 SUPER JACKPOT MILHÕES**

**JOGOS SANCASA** #Ganhamostodos

JOGOS SANCASA



## OPINIÃO

*Teletrabalho  
com regras*

POR **António Monteiro  
Fernandes**

Professor universitário

Centenas de milhares de trabalhadores estão em regime de teletrabalho. Foi o Governo que a isso obrigou, mas suspeita-se que muitas empresas anseiam pelo momento em que voltarão a ter o pessoal debaixo de olho. “Mandar” em trabalhadores à distância não é fácil. Isso é bom ou mau?

Pelo menos, subverte as normais condições de trabalho. Imagine-se o trabalhador, na sua sala de estar, sujeito às ordens e à supervisão de um patrão ou de uma chefia. Em que pé fica a sua privacidade? Como se separam trabalho e descanso? E como há de organizar-se o empregador para verificar se o trabalho está a ser feito?

O trabalhador ganha autonomia, beneficia com a possibilidade de escolher, em cada momento, onde trabalha, e beneficia ainda com a poupança de tempo e dinheiro nos transportes. O que perde o empregador se as coisas forem bem feitas? O balanço pode ser positivo ou negativo – depende. Certo é que o teletrabalho não deve, em regra, ser imposto ao trabalhador, pois sobre ele recaem as mais sérias desvantagens potenciais desse regime. Sem regras claras e certeiras, o teletrabalho é campo aberto ao abuso.

Para o retirar da selva laboral, é preciso regular o modo de o instituir na prática, a definição e o controlo dos tempos de trabalho e descanso e a proteção da privacidade.

Se olharmos a parte do Código do Trabalho em que a matéria é tratada, constatamos que o essencial permanece a descoberto.

Algumas regras estão lá, parecem boas, mas não são as que fazem falta.



## Ministra faz ultimato a empresa de vigilância

Tem dez dias para garantir direitos aos 162 seguranças que prestam serviço no Ministério do Trabalho

**CONTRATOS** A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, deu dez dias para a empresa Comansegur assegurar os direitos dos profissionais que prestam serviço de vigilância nos edifícios daquele Ministério.

Em causa está o contrato que vai entrar em vigor a partir de 1 de dezembro para vigilância dos espaços onde funciona a Segurança Social, IEFP e ACT, no Norte. A empresa vencedora do concurso, a Comansegur, preparava-se para substituir parte dos 162 trabalhadores daqueles locais,

que ficariam sem os direitos de antiguidade, subsídios e alguns sem emprego.

Os trabalhadores eram afetos à empresa PSG, mas sempre que a empresa muda, existe a figura legal da “transmissão de estabelecimento” em que a nova firma se obriga a contratar os profissionais que já estavam no edifício. A Comansegur entende a lei de forma diferente do ministério e, em declarações ao JN, o administrador José Godinho disse que “não é considerada transmissão de estabelecimento nestas situações”.

Agora, Ana Mendes Godinho

deu à Comansegur “um prazo de dez dias para assegurar a transmissão dos contratos de trabalho da anterior empresa”. A Comansegur terá de assegurar aos trabalhadores a salvaguarda “de todos os direitos laborais, nomeadamente retribuição, antiguidade, categoria profissional, conteúdo funcional e benefícios sociais adquiridos”.

Caso não regularize, avisa o Ministério, considera-se existir “um incumprimento contratual definitivo e vai proceder-se à resolução do contrato”. A data-limite para o prazo dado pela ministra termina dia 26. ● DELFIM MACHADO



## FUNÇÃO PÚBLICA

# Criação de emprego no Estado abranda

As administrações públicas continuam a criar emprego, mas ao ritmo mais baixo dos últimos dois anos. A 30 de Setembro o número de postos de trabalho avançava 1,6% em termos homólogos. Face ao trimestre anterior, o emprego recuou 0,7%, o que é habitual no terceiro trimestre, devido a movimentos sazonais.

De acordo com a Síntese Estatística de Emprego Público (SIEP) relativa ao terceiro trimestre, divulgada esta segunda-feira ao início da noite, o aumento foi maior na administração central (+1,8%) do que na local (+0,9%). Ao longo do último ano analisado o Estado passou a ter mais 11,2 mil trabalhadores, para um total de cerca de 700 mil.

Em termos absolutos, foi maior o contributo dado pelo s assistentes operacionais (+1.980

no SNS e 1.201 nas escolas) do que pelos enfermeiros (+1.907) ou pelos técnicos de diagnóstico e terapêutica (+407).

Depois de um segundo trimestre que confirmou o aumento do peso da precariedade do Estado, os dados relativos aos contratos a prazo voltaram a diminuir em cadeia (-5 mil) embo-

ra ainda representem um aumento face a período homólogo.

## Vencimento sobe em média 2,7%

Apesar do reforço de assistentes operacionais, que pertencem à carreira com salários mais baixos, o vencimento médio dos cerca de 700 mil trabalhadores do Estado aumentava em média 2,7% em julho, para 1.798 euros por mês.

De acordo com as explicações da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) este aumento deveu-se essencialmente à subida da remuneração base, por causa da do aumento da base remuneratória da Função Pública decidida para 2020 (para 645 euros) e do descongelamento de progressões. ■ CAP

# 2,7%

## SALÁRIO BRUTO

O vencimento médio bruto dos cerca de 700 mil trabalhadores (incluindo suplementos) estava a subir 2,7% em julho.

João Miguel Rodrigues



Oscar Gaspar, vice-presidente da CIP, diz que Portugal ainda está “no meio de uma profunda crise”.

EMPRESAS

# Empresas rejeitam despedir no curto prazo

O inquérito CIP/ISCTE revela que menos de um quarto das empresas planeia despedir trabalhadores num futuro próximo. 75% quer manter o número de colaboradores e 4% equaciona um reforço.

VICENTE LOURENÇO

vicentelourenco@negocios.pt

**A** pesar da crise económica, a maioria das empresas portuguesas não pensa realizar despedimentos num futuro próximo. De acordo com o inquérito mensal da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e do Future Cast Lab do ISCTE, 75% das empresas portuguesas planeia manter o número de trabalhadores nos próximos tempos, com 4% das inquiridas a querer mesmo aumentar o número de postos de trabalho. Segundo o barómetro sobre as expectativas até ao final do ano, apenas 21% dos respondentes admite vir a despedir pessoas.

Para o professor Pedro Esteves, do Future Cast Lab, as percentagens traduzem uma melhoria em relação ao inquérito anterior. O vice-presidente da CIP, Oscar Gaspar, concorda e elogia o “trabalho desenvolvido pelas

empresas portuguesas” durante a pandemia da covid-19.

No entanto, houve outros indicadores que se deterioraram face aos meses anteriores. É o caso das previsões de vendas e prestação de serviços para os meses de novembro e dezembro. 68% dos empresários considera agora que o volume de negócios vai cair 40%, quando no inquérito anterior a percentagem de empresas que antecipava quedas nas vendas rondava os 60%.

As encomendas em carteira são outro indicador que revela um futuro sombrio para as empresas. Quase metade informa que as encomendas diminuíram. “Estes números indicam que estamos ainda no meio de uma profunda crise económica, ainda estamos numa fase decrescente da conjuntura”, observou Oscar Gaspar durante a apresentação dos resultados do inquérito, aproveitando para criticar a proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano (OE2021), considerando que faz pouco pelas empresas: “a perceção que existe é que há pouca economia no OE2021 e não é suficiente

para resolver uma série de questões com que a economia nacional se debate.”

O vice-presidente da CIP lamenta ainda que o documento esteja a ser “discutido e apreciado numa perspetiva bastante política”, pedindo aos partidos um debate “mais sereno e mais técnico” com o objetivo de ajudar a economia. ■

**68% das empresas portuguesas antecipa uma quebra de 40% nas vendas até ao final do ano.**



## **ESCOLAS** **GREVE DE PESSOAL** **NÃO DOCENTE**

Os trabalhadores não docentes das escolas vão realizar uma greve no início de dezembro para exigir melhores condições de trabalho e um reforço de pessoal, alertando que existem estabelecimentos onde faltam funcionários para cumprir os planos de contingência. ■

## Economia Trabalho

# Governo alarga salários a 100% a todo o *layoff* com mais 370 milhões de despesa

A contar com mais seis meses de crise e um salário mínimo de 660 euros, o Governo fez contas a uma reivindicação do PCP. E promete novas regras em Janeiro

Victor Ferreira

O Governo tenciona pôr fim, em Janeiro de 2021, ao corte de salário nos regimes de *layoff* e de apoio à retoma e conta com uma despesa extraordinária de 370 milhões de euros para ajudar no pagamento integral das horas não trabalhadas de todos os trabalhadores que estejam com redução de horário ou mesmo com o contrato suspenso.

Para esta estimativa de custo, o Governo assumiu "seis meses adicionais de limitação significativa da actividade económica", com um custo adicional de cerca de 60 milhões de euros por mês", revelou fonte do Governo ao PÚBLICO.

O executivo PS responde assim a uma pretensão do PCP e das centrais sindicais, UGT e CGTP, de não penalizar o rendimento de trabalhadores, quando a empresa está a beneficiar de apoio público à manutenção do posto de trabalho, sublinha a mesma fonte. "Com esta medida, Portugal passará a ser o único país [da UE] em que os trabalhadores em *layoff* mantêm integralmente os seus salários", frisa.

Esta regra aplicar-se-á seja qual for o regime em que a empresa se encontra: apoio à retoma; *layoff* simplificado (que continua em vigor para empresas encerradas por lei, como as discotecas); ou *layoff* tradicional.

Mas ainda não está decidida a forma como serão repartidos os custos entre Estado e entidade empregadora, segundo a mesma fonte.

## Limite ronda 1980 euros

Ainda que a resposta à crise empresarial no mundo varie muito de país para país, com Portugal a ocupar um lugar no lote dos que gastam menos no imediato, todos aplicam medidas como o *layoff* para tentar conter a explosão do desemprego. Mas a percentagem de rendimento assegurado difere bastante.

Na Alemanha, o trabalhador recebe

entre 60% e 80% do salário habitual (com majoração de 7% para quem tem filhos). Em Itália, tem direito a 80%, tal como no Reino Unido. Em França, a regra é 70% ou oito euros por hora (conforme o valor mais elevado para o trabalhador), enquanto na Suécia se paga agora 75% das horas cortadas, com a empresa a ter de assegurar 90% do salário normal.

Em Portugal, o pagamento a 100% das horas não trabalhadas será independente do volume da quebra de facturação da empresa ou do regime, mas o valor final respeitará sempre o limite de três salários mínimos, como até aqui. O que acontece é que este tecto vai subir, já que o salário mínimo deverá ser actualizado com um aumento a rondar os 25 euros em 2021.

Foi pelo menos nesse cenário ainda não confirmado, de um salário mínimo de 660 euros, que o Governo fez as contas para estimar a despesa adicional de 370 milhões com esta medida reclamada pela esquerda. A esse montante somam-se os 309 milhões de euros que constavam na proposta inicial do Orçamento do Estado (OE) de 2021, para prolongamento do regime de apoio à retoma.

# 660

Foi num cenário, ainda não confirmado, de um salário mínimo de 660 euros, que o Governo fez as contas para estimar a despesa adicional

# 309

de euros já constavam na proposta inicial do Orçamento do Estado (OE) de 2021, para prolongamento do regime de apoio à retoma

Caso se confirmem estas iniciativas, o apoio à retoma e protecção dos rendimentos totaliza 679 milhões de euros e tornar-se-ão uma das "medidas mais caras do OE 2021", de entre todas as medidas temporárias, argumenta a mesma fonte governamental. O aumento extraordinário das pensões (270 milhões de euros) é despesa permanente, mas o novo apoio social (mais de 600 milhões) é despesa extraordinária.

## Layoff tradicional

A primeira consequência desse cenário do salário mínimo a 660 euros é que, a partir de Janeiro, o tecto máximo de rendimento no *layoff* subiria dos actuais 1905 euros (equivalente a três vezes o actual salário mínimo de 635 euros) para 1980 euros (três vezes 660 euros).

Para acabar com a perda de rendimento líquido, muda-se o quadro de cálculo no apoio à retoma. O trabalhador deixa de receber apenas 80% a 88% das horas não trabalhadas e passa a receber essas horas a 100%, seja qual for o nível de quebra de facturação da empresa.

Dessa forma, a retribuição mínima garantida de 88% do salário normal passa a ser de 100%, já que a empresa continuará a pagar a totalidade das horas trabalhadas (caso existam) e o Estado cobrirá o resto, em conjunto com a entidade empregadora, em fatias que, segundo a fonte do Governo questionada pelo PÚBLICO, ainda não estão definidas.

Outra mudança significativa, caso se confirme, é que o Governo pretende estender a protecção salarial ao *layoff* tradicional, cujas regras estão fixadas no Código do Trabalho. Nesses casos, os afectados recebem apenas dois terços do salário. Sendo o mais penalizador em termos de rendimento, serão aqueles que mais beneficiarão das novas regras.

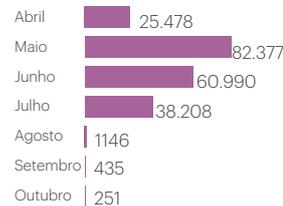
No pico da crise houve 110 mil empresas em *layoff* simplificado, pelo qual passaram cerca de 895 mil pes-



O trabalhador deixa de receber apenas 80% a 88% das horas não trabalhadas

## Prorrogações do *layoff* simplificado por mês

### Entidades Empregadoras



### Trabalhadores



Fonte: MTSS

PÚBLICO

soas. A adesão ao regime foi decrescendo, mas foi sempre superior ao do apoio à retoma que, desde Agosto, regista 11.210 empresas (e 89 mil trabalhadores). Outras 47.790 empresas optaram pelo incentivo à normalização (dois salários mínimos de subsídio por posto de trabalho mantido no pós-*layoff*), que já pode ser acumulado com outras medidas temporárias, como o Governo anunciou.

## Mudança em Janeiro?

O Governo quer aproveitar a autorização legislativa, que o PS propôs incluir na lei do OE 2021, para logo em Janeiro avançar no Parlamento com o prolongamento do mecanismo de apoio à retoma, que tinha substituído o *layoff* simplificado em Agosto, e com a protecção salarial no *layoff*.

Na proposta inicial do OE 2021, aprovada na generalidade a 28 de Outubro, o Governo já admitia prolongar o apoio à retoma, o que custaria os tais 309 milhões de euros. A 5 de Novembro, anunciou a intenção de propor no Parlamento a extensão



das e passa a receber essas horas a 100%, seja qual for o nível de quebra de faturação da empresa

do apoio à retoma por mais seis meses, pelo menos. E, na última sexta-feira, a bancada do PS abriu a porta ao pagamento a 100% no *layoff*, com uma proposta de alteração ao OE 2021, que será apreciada na especialidade, e cuja semana de votações começa na próxima sexta-feira e termina a 26 de Novembro com a votação final global.

Os socialistas querem introduzir uma autorização legislativa que permita ao Governo propor aquelas mudanças sob a forma de proposta de lei, a ser votada no Parlamento. Isso pode, em teoria, atrasar o processo, mas “ainda que se trate de uma autorização legislativa, a intenção do Governo é que a medida [do salário a 100% no *layoff*] entre em vigor logo em Janeiro de 2021”, diz a fonte consultada pelo PÚBLICO.

Os 370 milhões adicionais agora estimados “podem ser financiados por fundos europeus, como o Sure ou React, consoante a medida e a fonte de financiamento e já está contabilizada no OE2021 como medidas de apoio ao emprego”, acrescenta.

## Centeno: medidas anticrise “nas margens”

### Medidas têm de ter carácter temporário

As políticas públicas a pôr em prática para responder aos efeitos da presente crise devem ter um carácter temporário e actuar essencialmente nas margens, uma vez que o elevado nível de dívida não permite uma acção maciça e para toda a gente por parte do Estado, defendeu ontem o governador do Banco de Portugal.

Na intervenção que realizou no decorrer da 10.ª Conferência do Banco de Portugal, Mário Centeno deixou recomendações aos membros do Governo que abandonou há alguns meses. Uma das principais foi a de que, tendo em conta a limitação nas finanças públicas portuguesas, não será possível ajudar todos

nem prolongar por muito tempo as medidas postas em prática.

Começando por dizer que “esta é uma crise que tem todas as características de uma crise temporária” e que “aquilo que não será temporário é o aumento da dívida pública e uma maior desigualdade”, o governador do Banco de Portugal defendeu que neste cenário as políticas públicas “devem actuar nas margens”, isto é, proteger essencialmente aqueles que mais precisam. “O nível de dívida pública impede políticas [maciças]. Temos de ser focados, concentramo-nos nos trabalhadores com mais dificuldade em entrar no mercado de trabalho”, afirmou Mário Centeno. **Sérgio Anibal**



EUROMILHÕES A criar excêntricos de um dia para o outro

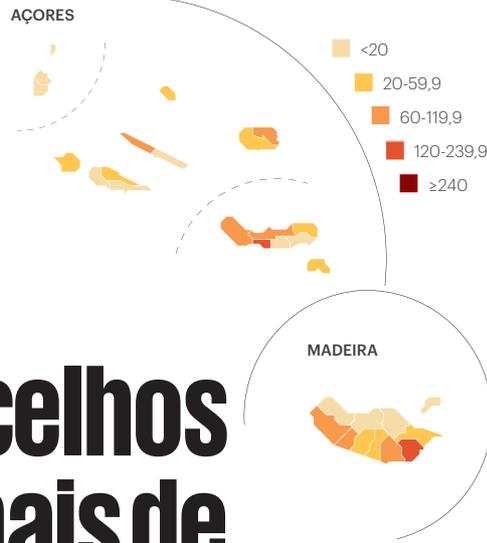
ESTA SEXTA-FEIRA

130 MILHÕES Super Jackpot

JOGOS SANTA CASAS #Ganhamostodos

COPIAR/colar: TAMBÉM NA APP de JOGOS.SANTACASA.PT

Abrir portas onde se erguem muros Director: Manuel Carvalho Terça-feira, 17 de Novembro de 2020 • Ano XXXI • n.º 11.164 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



# Há 27 concelhos que têm mais de 1000 casos por 100 mil habitantes

## Médicos querem parar cirurgias não urgentes

Portugal é o 10.º país europeu com maior número de casos *per capita*. Situação mais grave do que em Espanha e perto da de Itália. Médicos pedem activação de mais camas para Cuidados Intensivos

Destaque 2 a 4 e Editorial • Acompanhe em [publico.pt/coronavirus](http://publico.pt/coronavirus)

**“Bazuca” europeia**  
Hungria e Polónia travam Fundo de Recuperação

Hungria e Polónia bloquearam a operação de emissão de dívida para constituir o fundo no valor de 750 mil milhões de euros Mundo, 20

**Negociação com PCP**  
Trabalhadores em *layoff* vão receber salário a 100%

O Governo acaba em Janeiro com o corte de salário nos regimes de *layoff*. Uma despesa extraordinária de 370 milhões de euros Economia, 22/23

**Queixas na FIFA e PJ**  
Vitória de Setúbal acusa ex-dirigentes de desvio de fundos

Verbas pagas pela transferência de jogador foram parar a uma conta em Chipre do anterior director desportivo, Rodolfo Vaz Desporto, 36/37

idealista  
Agora é o momento

PUBLICIDADE

ISSN-0872-1548